

Max Weber

A POLÍTICA

COMO VOCAÇÃO

Tradução de
Maurício Tragtenberg

Revisão técnica
Oliver Tolle

EDITORA

UnB

A POLÍTICA COMO VOCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

Lauro Morhy

Vice-Reitor

Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Director

Alexandre Lima

Conselho Editorial

Presidente

Elizabeth Cancelli

Alexandre Lima, Clarimar Almeida do
Valle, Henryk Siewierski



Equipe editorial

Severino Francisco (Supervisão
editorial); Rejane de Memeses
(Acompanhamento editorial); Ana
Flávia Magalhães e Yana Palankof
(Preparação de originais e revisão);
Márcio Duarte (Projecto gráfico, capa e
editoração eletrônica); Raimunda Dias
(Emendas); Elmano Rodrigues
Pinheiro (Supervisão gráfica)

Copyright © 2003 by Editora Universidade
de Brasília, pela tradução
Título original: *Politik als Beruf*
Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS Q. 02, Bloco C, Nº 78

Ed. OK, 2º andar

70300-500 – Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

e-mail: editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma
parte desta publicação poderá ser
armazenada ou reproduzida por
qualquer meio sem a autorização por
escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

W375

Weber, Max

A política como vocação / Max Weber; tradução
de Maurício Tragtenberg. – Brasília : Editora
Universidade de Brasília, 2003.

110 p.

Tradução de: *Politik als Beruf*

ISBN 85-230-0721-0

I. Teoria Política. I. Tragtenberg, Sérgio. II. Título.

CDU 32.001

MAX WEBER - *Politik als Beruf*
(A política como vocação)
in *Gesammelte Politische Schriften* (Escritos políticos reunidos)

É inevitável que essa conferência, para a qual fui convidado pelos senhores, os decepcione em muitos sentidos. A expectativa de todos é que eu adote uma posição a respeito dos problemas contemporâneos. Isso só acontecerá de um modo puramente formal na conclusão, quando eu abordar certos problemas a respeito do significado da ação política no contexto da atividade humana global, razão pela qual fica eliminada qualquer indagação referente a que política devemos seguir ou qual conteúdo devemos conferir ao nosso agir político. Tais questões nada têm a ver com o que me proponho a tratar nesta ocasião: o que significa a política como vocação e o que isso pode significar? Passemos ao tema que nos interessa.

O que compreendemos por política? O conceito é demasiadamente amplo e incorpora todos os ti-

pos de atividade de *comando independente*. Falamos da política monetária dos bancos, da política de descontos do *Reichsbank*, da política de um sindicato durante uma greve; é também pertinente referir-se à política educacional de uma comunidade rural ou urbana, à política do presidente de uma associação e, finalmente, à política de uma esposa prudente que procura guiar seu marido. Inicialmente, devo esclarecer que nossas reflexões não se fundamentam num conceito tão amplo de política. Desejamos no momento entender por política apenas a direção ou a influência sobre a direção de uma associação política, ou seja, de um Estado.

Porém, o que é uma associação política do ponto de vista sociológico? O que é um Estado? Sociologicamente, não podemos definir um Estado a partir do conteúdo do que faz. Não há nenhuma tarefa que uma associação política não tenha em algum momento tomado nas mãos, mas também nenhuma de que pudéssemos dizer que foi sempre exclusiva dessas associações denominadas políticas e hoje em dia são designadas como Estados, ou que foram historicamente as antecessoras do Estado moderno. Em última instância, o Estado moderno pode ser definido pelos meios peculiares que lhe são próprios, como é peculiar a toda associação política: o uso da força física. "Qualquer Estado baseia-se na

força”, declarou Trotsky em Brest-Litovsk. De fato, trata-se de uma afirmação correta.

Se inexistissem estruturas sociais fundadas na violência, teria sido eliminado o conceito de Estado e emergiria uma situação que mais adequadamente designaríamos como *anarquia*, no sentido específico da palavra. Naturalmente, a força não se constitui no meio único do Estado – ninguém jamais o afirmaria –, porém a força constitui-se num elemento específico do Estado. Na época atual, a relação entre violência e Estado é profundamente próxima. No passado, associações tão diferenciadas – começando pela família – utilizaram como instrumento de poder a força física como algo inteiramente normal. Entretanto, atualmente, devemos dizer que um Estado é uma comunidade humana que se atribui (com êxito) o *monopólio legítimo da violência física*, nos limites de um território definido. Observem que o *território* constitui uma das características do Estado. No período contemporâneo, o direito ao emprego da coação física é assumido por outras instituições à medida que o Estado o permita. Considera-se o Estado como fonte única do direito de recorrer à força. Conseqüentemente, para nós, *política* constitui o conjunto de esforços tendentes a participar da divisão do poder, influenciando sua divisão, seja entre Estados, seja entre grupos num Estado.

Tal definição corresponde ao uso quotidiano do conceito. Quando se afirma que um problema é *político* ou que um ministro de um gabinete ou um oficial é um *funcionário político*, ou quando se afirma que uma decisão é *politicamente determinada*, faz-se referência ao fato de existirem interesses na distribuição, na manutenção ou na transferência do poder, fatores decisivos na solução daquela questão, na determinação da decisão ou no âmbito de atuação do funcionário. Os que atuam na política aspiram ao poder ou como meio para atingir outros fins, abstratos ou individuais, ou como *poder pelo poder*, para desfrutar da sensação de *status* que ele proporciona.

Tal como as instituições políticas que o precederam historicamente, o Estado é uma relação de homens que *dominam* seus iguais, mantida pela violência legítima (isto é, considerada legítima). Para que o Estado exista, os dominados devem obedecer a suposta autoridade dos poderes dominantes. Daí as seguintes perguntas: quando e por que obedecem os homens? Ora, em que justificações intrínsecas ou extrínsecas se baseia essa dominação?

Para iniciarmos, em princípio existem três justificações internas como fundamentos da *legitimação* da dominação. Em primeiro lugar, a autoridade do *passado eterno*, ou seja, dos costumes consagrados por meio de validade imemorial e da disposição de

respeitá-los. É a *dominação tradicional* exercida pelo patriarca ou pelo príncipe patrimonial de outrora. Há também a autoridade do *dom da graça*, em que se fundam os poderes extraordinários de um indivíduo (carisma). Essa dominação tem como fundamento a devoção e a confiança absolutamente pessoais na revelação, no heroísmo ou em outras qualidades de caráter eminentemente pessoal. Essa é a dominação carismática, tal como é exercida pelo profeta ou – no campo da política – pelo chefe guerreiro eleito, pelo governante empossado por plebiscito, pelo grande demagogo e pelo chefe de um partido político. Finalmente, temos a dominação imposta por meio da *legalidade*, fundada na crença da validade do *estatuto legal* e da *competência funcional* baseada em normas racionalmente definidas. Essa é a dominação exercida pelo moderno *servidor do Estado* e por todos os detentores do poder a ele assemelhados.

Supõe-se na realidade que a obediência dos súditos é determinada pelo temor ou pela esperança – temor da vingança exercida pelos poderes mágicos ou daquele que exerce o poder ou pela esperança de recompensa neste ou noutro mundo. Interesses dos mais diversificados podem condicionar a obediência. Posteriormente, voltaremos a esse assunto. Todavia, ao considerarmos os fundamentos de *legitimação*

dessa obediência, sem dúvida deparamos com esses três tipos *puros* que indicamos: dominação *tradicional*, *carismática* e *legal*.

Essas formas de legitimação e sua justificação interna são profundamente significativas para a compreensão da estrutura de dominação. Na realidade, esses três tipos puros raramente são encontrados. Hoje, não é possível nos ocuparmos das variantes, das transições e das combinações profundamente complexas desses tipos puros, seu estudo pertence à *ciência política* em geral.

O poder fundado na submissão ao *carisma* puramente pessoal é o que nos interessa tratar no momento. Essa é a base da idéia de uma *vocação* na sua expressão mais alta.

A devoção ao profeta portador de um carisma, ao dirigente da guerra, ou ao demagogo que age na *ecclesia* ou no Parlamento significa que são *chamados* interiormente para conduzir os homens. Os homens obedecem por causa da crença que depositam nos seus dirigentes e não em razão dos costumes ou de um estatuto. Se o carisma for mais do que o produto da conjuntura, o dirigente certamente viverá pela *causa* dos subordinados e procurará realizar *sua obra*.

É a pessoa e suas qualidades de chefia que orientam a devoção de seus discípulos e adeptos.

A liderança carismática apareceu em todas as épocas históricas e em todos os lugares. No passado, apareceu por um lado na figura do mágico e do profeta, por outro lado na figura do chefe guerreiro ou sob a forma de um grupo na qualidade de *condottiere*. Nós estamos interessados na *hegemonia* política exercida pelo *demagogo* livre, que emergiu na cidade-Estado. Porém, ele só triunfou no Ocidente, sobretudo nas regiões mediterrâneas. Além do mais, a hegemonia política na forma de *chefe de partido* parlamentar nasceu no espaço do Estado constitucional, típico do Ocidente.

Tais políticos orientados por uma *vocação* não são de modo algum as únicas figuras determinantes na luta política pelo poder. Os meios de que dispõem os políticos são o fator decisivo. Como as forças políticas conseguem manter sua dominação? É uma pergunta que cabe na análise de qualquer tipo de dominação, valendo para a dominação política em todas as suas formas, seja ela tradicional, legal ou carismática.

Toda dominação organizada que pretenda manter certa continuidade administrativa requer uma conduta humana direcionada à obediência àqueles que pretendam ser depositários do poder legítimo. Por outro lado, em virtude desse tipo de obediência, a dominação organizada pressupõe o controle da-

queles recursos materiais necessários em caso de utilização da violência física. Portanto, a dominação organizada requer um controle do pessoal burocrático e da existência de instrumentos materiais de administração. O pessoal burocrático que representa no âmbito externo a organização da dominação política, como em qualquer outra organização, não se encontra vinculado a quem detém o poder somente por meio das concepções de legitimidade de que tratamos, mas obedece-o em função de prestígio social e recompensas materiais.

Feudos dos vassalos, prebendas dos funcionários patrimoniais, vencimentos dos servidores públicos modernos, as honras dos cavaleiros, o privilégio dos proprietários de terras e o prestígio do funcionário público constituem seus salários. Além disso, o que liga os funcionários burocráticos aos detentores do poder é o medo da perda dessas vantagens. Isso também vale para a dominação carismática: numa guerra, há glórias e riquezas para os seguidores; os adeptos do demagogo recebem *despojos* – isto é, a exploração dos dominados por meio do monopólio do cargo –, e existem tributos e prêmios à vaidade politicamente determinados.

Tais recompensas surgem pela dominação exercida por um líder carismático. Para manter a dominação pela força, tal como numa organização econô-

mica, são necessários certos bens materiais, razão pela qual todos os Estados podem ser classificados na medida em que se fundamentam na posse dos meios administrativos pelos funcionários ou magistrados ou no fato de seu pessoal burocrático achar-se *separado* desses meios de administração. Tal distinção é estabelecida quando nos referimos ao fato de nas empresas capitalistas os empregados assalariados e o proletariado estarem *separados* dos meios materiais de produção. O detentor do poder precisa contar com a obediência dos funcionários, dos membros de sua equipe. Os recursos administrativos podem consistir em dinheiro, edifícios, material de guerra, cavalos, veículos e muitas outras coisas. O problema central é saber se o detentor do poder dirige e organiza pessoalmente a administração, delegando o poder executivo a funcionários de sua confiança, funcionários assalariados, membros de sua família que não são proprietários, isto é, que não utilizam os meios administrativos com plenos direitos, ou, se pelo contrário, são dirigidos pelo chefe. Essas diferenciações aplicam-se a quaisquer organizações administrativas que já existiram.

As associações políticas nas quais os meios materiais de administração são controlados parcial ou totalmente pelo pessoal burocrático dependente denominaremos de associações organizadas de modo

corporativo. Exemplificamos com a sociedade feudal, na qual as despesas administrativas e de aplicação da justiça eram financiadas pelo vassalo no feudo que lhe fora confiado. Tinha ele ainda a obrigação de se equipar para a guerra, o mesmo sucedia com seus subvassalos. Isso certamente implicava algumas conseqüências para o exercício do poder do Senhor, baseado somente na *fé jurada* em caráter pessoal e pelo fato de a *legitimidade* da posse do feudo pelo vassalo e da honra social dele derivarem de seu Senhor superior.

Tomando como ponto de referência até mesmo as mais antigas formações políticas, em todas as partes o Senhor aparece tomando a administração nas suas próprias mãos. Procura manter-se nessa posição por intermédio dos que depositam pessoalmente nele sua confiança: escravos, servos, favoritos, prebendários enfeudados, a quem ele destina vantagens em espécie ou dinheiro. Ele faz frente às despesas administrativas lançando mão de seus bens ou das rendas de seu patrimônio, procurando criar um exército que dependa de sua pessoa, na medida em que é equipado com os frutos de suas colheitas, com o conteúdo de seus armazéns ou com os recursos de seus arsenais. No caso de uma associação estruturada em *Estados*, uma aristocracia independente constitui seu suporte de poder; em troca, exi-

ge a partilha desse poder. Há o caso em que o Senhor que administra pessoalmente conta com o apoio de dependentes ou plebeus; também lhe resta o apoio de sua família. Os plebeus e os dependentes que o apóiam são camadas não proprietárias, desprovidas de honorabilidade estamental própria. Materialmente, dependem inteiramente dele, sem encontrar apoio em outro poder que possa contrapor-se ao soberano.

Todas as formas de dominação patriarcal e patrimonial – despotismo de um sultão ou dominação burocrática – pertencem a este último tipo. A estrutura do Estado burocrático é particularmente importante, e o seu desenvolvimento racional caracteriza o Estado moderno.

Em qualquer lugar, o desenvolvimento do Estado moderno inicia-se pela ação do soberano. É ele quem cria as condições necessárias à expropriação dos poderes *autônomos* privados que possuem o poder de administrar os insumos financeiros, o exército, assim como bens politicamente úteis de qualquer tipo. No conjunto, observa-se um paralelismo com o desenvolvimento da empresa capitalista por meio da expropriação gradual dos produtores autônomos. Finalmente, temos o Estado moderno que exerce o controle dos recursos políticos administrativos sob direção monocrática. Nele, nenhum

funcionário detém pessoalmente os recursos financeiros, nem é proprietário dos edifícios, instrumentos ou apetrechos de guerra de que dispõe. No *Estado contemporâneo* – e isso é essencial para o conceito de Estado –, realiza-se plenamente a *separação* entre os recursos materiais e os funcionários e trabalhadores na organização administrativa. Surge então um processo original que acompanhamos com nossos olhos, que consiste na ameaça de expropriar o expropriador dos meios políticos e, dessa maneira, do seu poder político.

À medida que esses dirigentes ocuparam o lugar das autoridades constituídas – como se deu na Revolução Alemã de 1918 –, eles conseguiram apossar-se, por usurpação ou eleição, do poder que controla o quadro administrativo e dos bens materiais, fundando a legitimidade de seu poder na vontade dos governados. A possibilidade de que, com base nesse êxito, ao menos aparentemente, os dirigentes tenham a esperança de realizar a expropriação das empresas econômicas capitalistas constitui um problema diverso. Sem minimizar as profundas analogias existentes entre a administração pública e a privada, esta é regida por leis totalmente diversas das que regem a primeira.

A esse respeito, não iremos pronunciar-nos agora. Acentuo apenas o aspecto *conceitual* da questão: o

Estado moderno é uma associação que tem como função a organização da dominação. Conseguiu o monopólio do uso legítimo da força física como meio de dominação nos limites de um território. Para conseguir essa finalidade, centralizou nas mãos dos administradores o poder ao mesmo tempo em que expropriava todos os funcionários que, outrora, dispunham por direito próprio desses meios de administração. O Estado ocupou seu lugar e hoje em dia predomina. Ao longo desse processo de expropriação política, que em maior ou menor grau se desenvolveu em todos os países do mundo, surgiram as primeiras categorias dos *políticos profissionais*. Inicialmente a serviço do monarca, eram homens que, contrariamente aos líderes carismáticos, não desejavam ocupar o lugar de Senhores, mas estavam, sim, a serviço de um príncipe. Na luta pela concentração dos poderes em torno do monarca, aliaram-se a ele, derivando disso seu ganha-pão diário e as normas éticas com que orientavam sua existência.

Novamente, é só no Ocidente que encontramos o político profissional a serviço de outros poderes que não o poder do monarca. Em épocas remotas, eles se constituíram no recurso de poder mais significativo com que podia contar o monarca e nos agentes do processo de expropriação política operado em seu benefício.

Antes de estudarmos analiticamente os *políticos profissionais*, esclareçamos sob todos os ângulos o significado de seu surgimento. A política, igualmente como a ação econômica, pode ser uma atividade transitória ou se constituir em vocação para a pessoa. Como político *ocasional*, é possível tentar influir sobre a distribuição de poder no interior das diversas formações políticas ou entre elas. Ela pode ser objeto de um exercício *ocasional*, mas é também possível transformá-la em profissão principal ou secundária, como sucede na esfera econômica. Somos hoje em dia políticos *de ocasião* quando votamos ou explicitamos nossa vontade política ao pronunciar um discurso político, aprovando ou desaprovando algo. Para inúmeras pessoas, a convivência com a esfera política reduz-se a isso. Atualmente, praticam a política como atividade secundária os chefes de partidos ou *homens de confiança*, que só atuam na política por necessidade, para quem ela não constitui *sua vida*, nem no plano material nem no ideológico. Isso se aplica aos membros de conselhos de Estado ou outros órgãos deliberativos similares, que só se manifestam quando convocados.

O mesmo vale também para os parlamentares, que só atuam durante as sessões – isso era característico dos políticos do *Antigo Regime*, estruturado por *Ordens*. Constituía-se em *Ordens* os que possuíam

os meios materiais de administração, sejam civis ou militares, ou os que usufruíam de privilégios de caráter pessoal. Eles, na sua maioria, não se consagram totalmente à vida política, sendo ela objeto de sua dedicação a título temporário. As rendas ou as vantagens pessoais, derivadas de suas prerrogativas, eram o maior objetivo a ser atingido. No interior de suas *Ordens*, sua atividade política dava-se por ordem expressa do Senhor. Da mesma forma agiam as forças auxiliares a serviço do monarca, no contexto da luta que este desenvolvia na criação de uma organização política à sua disposição. Grande parte dos conselheiros que constituíam as *cúrias* ou se integravam em outros órgãos privados a serviço do monarca assim como os *conselheiros privados* pertenciam a essa categoria.

Porém, para o monarca, essas forças auxiliares dedicadas ocasionalmente à ação política naturalmente não satisfaziam suas necessidades. Movido pela necessidade, tentou o monarca criar um quadro de adeptos ligados totalmente a ele e a seu serviço, em que a ação política constituísse a vocação principal. A estrutura da ação política da dinastia nascente, assim como sua articulação com a cultura, dependeu em muito da origem social dos agentes recrutados.

Isso vale com maior força ainda para as associações políticas cujos membros, após a limitação ou

a abolição completa do poder *senhorial*, se constituíram em *comunas* livres – não no sentido de uma libertação da dominação fundada na violência, mas pela inexistência de um poder senhorial fundado na legitimidade tradicional (quase sempre consagrada pela religião) como fonte exclusiva de autoridade. Essas comunas nasceram no berço da civilização ocidental sob a forma primitiva de cidade, a qual vemos surgir pela primeira vez no âmbito da civilização mediterrânea.

Vejamos sob que formas se apresentaram todas as categorias anteriormente citadas que fazem da política sua *vocação* ou sua profissão principal.

Há duas formas de fazer da política uma vocação: ou se vive *para* a política, ou se vive *da* política. Tal contraste não se dá de forma exclusiva. Tanto na prática como no discurso, uma e outra coisa são feitas ao mesmo tempo. Quem vive *para* a política a torna o *fim de sua existência*, ou porque essa atividade permite obter prazer no simples exercício do poder, ou porque mantém seu equilíbrio interior e sua auto-estima fundados na consciência de que sua existência tem sentido à medida que está a serviço de uma causa. Num sentido profundo, todo aquele que vive para uma causa vive dela também. É o aspecto econômico um dos elementos importantes da condição do homem político. O que vê na políti-

ca uma *fonte permanente de rendas*, vive da política como vocação; no caso oposto, vive-se *para* a política. Num regime fundado na propriedade privada, são necessárias certas precondições que os senhores considerarão banais para que um homem *possa viver para a política*. Em condições normais, deve o homem político ser economicamente independente das rendas que a ação política lhe possa proporcionar. Isso significa simplesmente que o político deve ser rico ou contar na vida com uma fonte de rendas independentemente da sua qualidade de político.

Isso é válido para condições normais, pois da mesma forma que o chefe guerreiro, os adeptos do agitador revolucionário não se preocupam com as condições de uma economia normal, pois num e noutro caso vivem de saques, roubos, confiscos, emissão de bônus sem lastro, o que no fundo é a mesma coisa. Mas essas são situações necessariamente excepcionais. Na vida econômica quotidiana, só a posse de certa riqueza torna economicamente independente qualquer pessoa. Porém, só isso é insuficiente. O homem político deve ser *economicamente disponível*, a preocupação com sua subsistência pessoal não deve tomar-lhe todo o tempo. O *mais disponível* no sentido que tratamos é aquele que recebe rendas sem trabalho algum oriundas de títulos ou de fontes análogas. Isso à semelhança dos

grandes senhores da Antiguidade ou da Idade Média, em que os escravos ou servos se constituíam em fonte de renda. Nem o operário nem o homem de negócios moderno têm tal disponibilidade – dedique-se ele a atividades industriais ou agrícolas, embora este último seja beneficiado com o caráter sazonal da agricultura.

Para o empresário, em geral, é muito difícil encontrar algum substituto em sua empresa, mesmo que temporariamente. Como o médico, quanto mais nome tem, mais consultado é e menos tempo dispõe para outras atividades. Por razões profissionais, as dificuldades são menores para o advogado, o que explica o fato de ele ter desempenhado na qualidade de político profissional um papel mais significativo e às vezes preponderante. É desnecessário desenvolver essa casuística; mais importante é esclarecer algumas implicações da exposição feita.

O fato de homens que vivem exclusivamente para a política e não da política dirigirem um Estado ou um partido significa que o recrutamento desses dirigentes é orientado de forma *plutocrática*. Isso não significa que a direção plutocrática não procure tirar vantagens dessa situação procurando viver *da política*, explorando essa posição em função de seus interesses econômicos.

Na verdade, isso ocorre quase sempre. Nunca existiram camadas dirigentes que não viveram *da política* de uma ou de outra forma. Queremos apenas acentuar que o político profissional não necessita obter uma remuneração direta pelos serviços que presta, enquanto o indivíduo pobre deve considerá-la em primeiro plano. Não é nossa intenção insinuar que homens desprovidos de propriedade procurem exclusivamente ou predominantemente vantagens econômicas pessoais por meio da ação política, desconsiderando a causa a que servem. Nada seria mais falso do que tal afirmação. Sabe-se, pela experiência vivida, que a preocupação com a *segurança econômica* é um elemento vital na vida de alguém que possui fortuna, tenha ele consciência disso ou não. O idealismo político acima de qualquer consideração ou princípio é praticado principalmente, quando não de maneira exclusiva, por aqueles que não são proprietários de bens e por isso estão afastados das classes sociais interessadas na manutenção de uma ordem econômica numa dada sociedade. Isso é válido principalmente para períodos extraordinários, revolucionários. O que nos interessa realçar é o seguinte: o recrutamento não plutocrático de chefes e adeptos na área política pressupõe a possibilidade de a organização política assegurar-lhes ganhos garantidos e regulares. Sem-

pre existem duas alternativas. Ou a atividade política é exercida *honorificamente*, isto é, por pessoas, como se diz, *independentes* em função de sua fortuna pessoal ou rendas, ou têm acesso à carreira política homens sem propriedade que devem ser pagos. O político profissional que vive *da política* pode ser um *beneficiário* ou *funcionário* pago. Receberá ele honorários ou emolumentos – não passando as propinas de uma forma desnaturada e irregular de remuneração – ou será remunerado em espécie ou dinheiro, ou ainda ambas as coisas simultaneamente.

O homem político pode assumir a figura de um *empresário* como o é o *condottiere*, o meeiro ou o que ocupa um cargo arrendado ou comprado ou como o chefe norte-americano, que vê nas suas despesas um investimento de capital transformado em fonte de lucros por meio da exploração de sua influência política. Também pode receber remuneração fixa como jornalista, secretário de partido, ministro de gabinete ou funcionário político. Antigamente, os príncipes, os conquistadores vitoriosos ou os chefes de partido pagavam seus *servidores* com prebendas, feudos, doação de terras, e, com o desenvolvimento da economia monetária, com gratificações em dinheiro. Em nossa época, tais pagamentos são feitos mediante nomeação para cargos de todo tipo, seja em partidos ou em sociedades cooperati-

vas, seja em jornais ou na burocracia do Estado. Esses cargos são considerados cargos de confiança pelos chefes de partido.

A finalidade da luta entre os partidos é a consecução de fins objetivamente definidos, mas, acima de tudo, é também a luta pelo poder de nomeação aos cargos públicos.

Na Alemanha, as lutas entre as tendências centralizadoras e descentralizadoras giram em torno do que acima enunciamos. Que poderes controlarão a distribuição de cargos públicos de Berlim, Munique, Karlsruhe ou Dresde? Os partidos sentem-se muito mais afetados com a limitação a eles imposta ao direito de nomeação aos cargos públicos do que com arranhões em seus programas. Na França, a troca de prefeitos sempre foi considerada mais importante, mais em razão da política dos partidos do que de uma mudança no programa do governo, que possui significado de retórica vazia e óca. Alguns partidos políticos nos Estados Unidos da América do Norte, após a superação dos antigos conflitos a respeito de interpretações de preceitos da Constituição, converteram-se em partidos caça-empregos, distribuindo cargos e modificando seus programas em função dos votos a ganhar. Na Espanha, nos últimos anos, dois partidos revezaram-se no poder conforme os princípios de alternância consentida, funda-

da em eleições *pré-fabricadas* pelas altas cúpulas, permitindo assim que seus adeptos se beneficiassem alternadamente do exercício de cargos burocráticos. Nas antigas colônias espanholas, tanto nas assim chamadas *eleições* quanto nas *revoluções*, o que se disputava era a *dispensa* do Estado com a qual desejavam alimentar-se os vencedores. Na Suíça, a divisão de cargos era feita pacificamente, de forma proporcional, e alguns de nossos projetos *revolucionários*, por exemplo, o primeiro Projeto da Constituição de Baden, pretendiam ampliar esse sistema aos cargos ministeriais. Dessa forma, o Estado e os cargos burocráticos eram considerados instituições que simplesmente proporcionavam prebendas. Especialmente, o Partido do Centro entusiasmou-se com tais projetos. Em Baden, ele estabeleceu como parte de sua plataforma política uma distribuição de cargos proporcional às confissões religiosas, independentemente de qualquer consideração de mérito ou filiação ao programa partidário, sem preocupar-se com a capacidade política dos futuros dirigentes. Tal tendência universalizou-se no seio dos demais partidos políticos em razão do aumento do número de cargos por causa da burocratização geral, mas também pela ambição crescente de indivíduos atraídos por uma sinecura burocrática, que se transformou hoje em dia numa espécie de seguro

em relação ao futuro. Para seus adeptos, os partidos aparecem, cada vez mais, como uma escada que lhes permitirá chegar ao objetivo básico: garantir seu futuro, sua vida.

A isso se opõe o desenvolvimento moderno da função pública em nossos tempos, com sua exigência de um corpo de trabalhadores intelectuais especializados, altamente qualificados, fruto de uma preparação que, ao longo dos anos, lhes permite um desempenho razoável de sua tarefa profissional. Tendo em vista sua integração, a burocracia moderna desenvolveu um elevado sentimento corporativo estamental; na falta dele, estaríamos ameaçados pela mais vulgar corrupção e pelo domínio dos filisteus. Desse modo, o simples rendimento técnico da máquina estatal estaria comprometido, numa época em que sua importância econômica é cada vez mais acentuada, tendo em vista as forças que a impulsionam rumo à socialização. Mesmo nos Estados Unidos da América do Norte, onde em épocas remotas inexistia a figura do burocrata de carreira, onde o diletantismo administrativo dos políticos primários permitia que o acaso de uma eleição presidencial levasse à substituição de centenas de milhares de funcionários públicos, mesmo lá, repetimos, essa administração de amadores conheceu seu fim com a Reforma do Serviço Civil.

Esse processo obedece a razões puramente técnicas. Na Europa, ao longo de uma evolução milenar, surgiu a função pública organizada, obedecendo aos princípios da divisão do trabalho. Esse processo iniciou-se nas formações urbanas das *signorias* italianas, passando às monarquias e aos Estados conquistadores normandos. Porém, o passo decisivo nessa direção deveu-se à administração das *finanças* do soberano. Nas reformas administrativas do imperador Maximiliano I, pode-se ver como foi difícil para os funcionários, mesmo sob a pressão da ameaça turca e da extrema necessidade, prescindir do rei na administração financeira, embora seja esse um terreno no qual é impossível contar com o diletantismo do dominante, que na época aparecia como cavaleiro. O desenvolvimento da técnica militar exigiu um oficial especializado, o aperfeiçoamento do processo judicial exigiu o jurista competente. Nas áreas financeira, militar e da justiça, triunfaram os funcionários de carreira, especialmente nos Estados ocidentais desenvolvidos, de modo definitivo no século XVI. Simultaneamente, com o predomínio do absolutismo real sobre os senhores feudais, aumentou o espaço de ação dos funcionários que haviam auxiliado o rei na sua luta contra as *Ordens*. A ascensão dos funcionários *qualificados* deu-se a par com um processo que envolveu

os dirigentes políticos, embora tal evolução não fosse perceptível a olho nu. De há muito, em todas as partes do mundo, indiscutivelmente houve conselheiros do rei que gozaram de grande autoridade. A figura do grão-vizir apareceu no Oriente para salvaguardar a imagem do sultão da responsabilidade pelo sucesso de seu governo. No Ocidente, durante Carlos V – época em que também viveu Maquiavel –, sob a influência dos embaixadores venezianos, a diplomacia converteu-se numa arte *conscientemente* praticada. Seus informes eram lidos apaixonadamente. Os adeptos dessa arte, em geral portadores de uma formação humanista, consideravam-se especialistas, semelhantes aos estadistas humanistas da China, no último período dos *Estados combatentes*.

A necessidade de uma direção unificada da política, inclusive da política interna, sob a égide de um só homem de Estado, apareceu com clareza nos Estados constitucionais. Sem dúvida, anteriormente apareceram fortes personalidades na qualidade de conselheiros ou guias do soberano. Não obstante, os rumos do Estado seguiram caminho diverso do que assinalamos. Mesmo nos Estados mais evoluídos, o que se nota em primeiro lugar é a formação de um corpo administrativo supremo de forma colegiada. Embora teoricamente e cada vez menos na prática, reuniram-se esses órgãos sob a presi-

dência pessoal do rei, o único a decidir. Tal sistema originou propostas, contrapropostas e votos que obedeciam ao princípio majoritário, além de o rei apelar a homens de confiança a ele pessoalmente vinculados – o *gabinete* –, por cuja mediação o rei decidia em resposta a resoluções dos Conselhos de Estado. O rei, cada vez mais colocado como um diletante, esperava dessa forma subtrair-se à influência e ao poder dos funcionários especializados, reservando para si a decisão em última instância. Essa luta latente entre os burocratas especializados e o governo autocrático apareceu em todos os lugares. Houve uma mudança somente quando surgiram os Parlamentos e as aspirações ao poder dos chefes dos partidos políticos. Embora esse fenômeno se tenha desenvolvido conforme a especificidade de cada país, não obstante conduziu a idêntico resultado. Com algumas diferenças, é certo. Onde as dinastias conseguiram manter um poder real – na Alemanha precisamente –, os interesses do rei levaram-no a aliar-se aos burocratas *contra* a ação do Parlamento e suas aspirações ao poder. Os funcionários estavam interessados em que elementos de seu meio ocupassem posições dirigentes, isto é, cargos ministeriais, que se transformavam dessa forma em alvo final de carreira. Por sua vez, o monarca tinha interesse em nomear ministros, esco-

lhendo-os entre os burocratas a ele ligados por dedicação pessoal. Os burocratas e o monarca tinham interesse em manter-se unidos para enfrentar solidariamente o Parlamento, substituir o sistema colegiado por um chefe de gabinete que exprimisse a unidade do ministério. Para manter-se acima das lutas partidárias, precisava o monarca de uma pessoa que lhe proporcionasse cobertura, respondesse aos parlamentares e negociasse com os partidos políticos. Tais necessidades conduziram a uma autoridade unificada de um ministro burocrata. Onde o Parlamento prevaleceu sobre o monarca – como na Inglaterra –, o desenvolvimento do poder parlamentar orientou-se no sentido da unificação do aparelho estatal. Aqui, o gabinete, com a figura centralizadora do chefe do Parlamento no seu topo, o assim chamado líder, converteu-se em uma comissão que, apesar de ser ignorada pelas leis oficiais, era de fato a detentora do poder político de decisão, posto que era formada pelo partido que tinha no momento a maioria no Parlamento. Os partidos políticos passaram a ser os órgãos do poder político dominante, e os organismos colegiados não puderam mais permanecer como os detentores reais do poder. O partido dirigente necessitava de um órgão composto pelos seus verdadeiros dirigentes a fim de tratar de forma reservada dos negócios, afirmar sua

autoridade no plano interno e orientar a política exterior. Tal órgão só poderia ser o gabinete. O público, especialmente o parlamentar, percebia como chefe unicamente o chefe do gabinete. Na Europa, adotou-se o sistema inglês sob a forma de ministérios parlamentares. Somente nos Estados Unidos da América do Norte e nas democracias sob sua influência se adotou um sistema diferente, em que o chefe do partido vitorioso eleito por voto universal estava à frente dos funcionários nomeados por ele; apenas em matérias de legislação e orçamento dependia do Parlamento.

O desenvolvimento da política para moldes empresariais, que requeria um aprendizado na luta pelo poder e a criação de métodos – como de fato ocorreu com os partidos modernos –, condicionou a divisão dos funcionários públicos em duas categorias bem definidas: os administrativos e os “políticos”.

Os funcionários *políticos*, no sentido propriamente dito do conceito, identificam-se pela maneira com que podem ser facilmente deslocados, destituídos ou *postos em disponibilidade*, como ocorre com os prefeitos na França ou com outros funcionários em igual situação em outros países, em contraste com a *independência* dos funcionários com funções judiciais. Na Inglaterra, os funcionários *políticos*, conforme convenção estabelecida, colocam seus cargos à

disposição quando se produz uma mudança parlamentar e, conseqüentemente, uma alteração no gabinete. Isso se dá especialmente com aqueles funcionários incumbidos de velar pela *administração interior*, manter a *ordem* no país e, conseqüentemente, manter a relação de forças existente. Na Prússia, conforme o decreto do ministro Puttkamer, com o intuito de evitar censuras, tais funcionários tinham a obrigação de *representar* a política governamental e, da mesma forma que os prefeitos franceses, foram usados como instrumento burocrático para influenciar no destino das eleições. Porém, constitui uma peculiaridade do sistema alemão – contrariamente ao que ocorria em outros países – o fato de o acesso às funções administrativas depender de estágio probatório, exames especializados e títulos universitários. Estão isentos na Alemanha dessas exigências somente os ministros. Sob o *Antigo Regime*, era possível ser ministro de Educação na Prússia sem possuir diploma de ensino superior, ao passo que somente quem fosse aprovado no sistema de exames tinha acesso ao cargo de alto funcionário ministerial encarregado de relatórios sobre as atividades do órgão em que estava lotado.

Um chefe de uma divisão administrativa de um ministério ou um conselheiro especial – por exem-

plo, na época em que Althoff era ministro da Educação da Prússia – estavam mais informados que qualquer chefe de departamento sobre os problemas técnicos a ele afetos. O mesmo ocorreu na Inglaterra. Isso explica por que o funcionário especializado é o mais bem informado no que se refere à rotina do trabalho administrativo. E isso não sem motivos racionais, pois o ministro era simplesmente o representante de uma configuração política no poder, da qual fazem parte avaliar, em função de um programa, as propostas apresentadas pelos funcionários especializados e definir a ação de seus subalternos conforme a orientação política vigente no partido.

Numa empresa particular, o mesmo acontece. O soberano verdadeiro, ou seja, a *assembleia de acionistas* tem tão diminuta influência sobre a direção dos negócios quanto o *povo* dirigido por burocratas especializados. Os que detêm poder de decisão a respeito da política da empresa, os membros do *conselho administrativo*, sob a hegemonia dos bancos, traçam apenas as diretrizes econômicas, atribuindo cargos administrativos a quem tem competência para dirigi-la tecnicamente. A estrutura do atual Estado revolucionário não apresenta nada de novo nesse sentido. A direção da administração fica entregue a diletantes porque são eles que dispõem de armas, de metralhadoras; de igual modo, eles vêm nos

funcionários especializados simples auxiliares executivos. As dificuldades enfrentadas pelo atual sistema não radicam nisso, mas numa outra área que não abordaremos nesta conferência.

Interessa-nos o estudo dos aspectos específicos dos *políticos profissionais*, tanto dos chefes políticos como de seus adeptos. Esses aspectos mudaram através do tempo e apresentam modernamente traços diferenciados.

Verificamos que, no passado, os *políticos profissionais* emergiram da luta entre os reis e os senhores feudais, colôcando-se a serviço dos primeiros. Examinemos com a devida brevidade os principais tipos em que se apresentam tais políticos profissionais.

Na sua luta contra os senhores feudais, o rei apoiou-se nas camadas politicamente independentes, não sujeitas à ordem feudal. Pertencia a essa camada o clero, não só nas Índias Ocidental e Oriental, na China e no Japão budistas e na Mongólia lamaísta, como também nos países cristãos na Idade Média.

Isso tudo obedecia a razões técnicas: o clero dominava a técnica da escrita. Em todos os lugares, a incorporação de brâmanes, sacerdotes budistas, lamas e o emprego de bispos e padres como conselheiros políticos ocorreu sob a possibilidade de conseguir forças administrativas dotadas do poder

da escrita, as quais poderiam ser aproveitadas na luta dos imperadores, reis e *khans* contra a aristocracia.

O clérigo, especialmente o celibatário, estava à margem das lutas político-econômicas da época, diferentemente do vassalo, que procurava em detrimento do seu Senhor poder político específico. Em virtude de sua condição religiosa, o sacerdote estava *separado* dos meios administrativos do rei e das intrigas que lá existiam, não havendo possibilidade de ele cair na tentação de ambicionar poder político para os de sua ordem.

Os literatos com formação humanista formavam outra categoria. Era uma época em que se aprendia a discursar em latim ou a cultivar poesias em grego como condição para se tornar conselheiro ou historiógrafo do rei. Era a época do florescimento das escolas humanistas e da criação de cátedras de *poética* por ordem real. Apesar de ainda exercer considerável influência no nosso sistema educacional, essa época foi de curta duração para nós e não teve maiores implicações políticas. Do Extremo Oriente, não podemos dizer a mesma coisa. O mandarim chinês na sua origem foi muito semelhante ao humanista do Renascimento: tratava-se de um letrado humanista versado na interpretação de textos antigos. Quem ler o diário de Li Hung-Chang de-

duzirá que sua fonte maior de orgulho residia em ser poeta e ótimo calígrafo. Essa camada, que conservou seus costumes desde a Antiguidade, determinou todo o destino da China. Talvez tivéssemos idêntico destino se os humanistas em sua época tivessem tido a menor oportunidade de gozar de igual influência.

A nobreza cortesã constituiu a terceira camada. Os reis atraíram-na à sua Corte à medida que expropriavam o seu poder político como classe, atribuindo-lhe funções políticas e diplomáticas.

O patriciado, uma figura tipicamente inglesa, compõe a quarta categoria. Ele englobava a pequena nobreza e os rendeiros aldeões conhecidos tecnicamente como a *gentry*. Originariamente, ela era uma camada à disposição da realeza inglesa na sua luta contra os barões, confiando-lhe o *self-government*. Porém, com o tempo, a própria realeza passou cada vez mais a depender dessa camada ascendente. O patriciado ocupou os postos de administração local sem nenhuma remuneração, tendo em mira aumentar seu próprio poder social. Esse fato salvou a Inglaterra da burocratização, destino da totalidade dos países da Europa continental.

Os juristas formados por universidades constituem a quinta camada e são um fenômeno peculiar ao Ocidente, especialmente nos quadros do conti-

nente europeu, com influxo decisivo na sua estrutura política. As profundas repercussões do direito romano, na forma que assumira sob o Estado romano decadente, aparece com indiscutível nitidez no seguinte fato: a revolução da administração pública rumo a um Estado racional foi em todos os lugares fruto de juristas profissionais. Esse fenômeno é passível de constatação também na Inglaterra, apesar de as grandes corporações de juristas combaterem a difusão do direito romano no país. Fenômeno análogo não se encontra em nenhuma outra parte do mundo.

O embrião de um pensamento jurídico racional desenvolvido pela escola hindu de Mimansa e todas as aplicações posteriores do pensamento jurídico antigo no Islão não desvincularam o pensamento jurídico racional da contaminação teológica. Sobre tudo, a processualística legal não foi inteiramente racionalizada nos países islâmicos ou na Índia. Tal racionalização só aconteceu na Europa graças à adoção, pelos juristas italianos, da antiga jurisprudência romana do produto de uma configuração política absolutamente específica, que se elevou a partir da cidade-Estado à dominação mundial. O *usus modernus* dos juristas e dos canonistas medievais do Digesto estava profundamente influenciado pelas teorias do direito natural, elaboradas pelo pensamento jurídi-

co cristão, posteriormente secularizadas. O podestá italiano; os juristas reais franceses (que criaram os recursos formais para abalar o domínio dos feudais a favor do rei); os canonistas e os teólogos do conciliarismo de inclinação jusnaturalista; os juristas da Corte e os juízes letrados dos príncipes do continente; os teóricos do direito natural na Holanda e os monarcômanos; os juristas ingleses da Coroa e do Parlamento de Paris e finalmente os advogados da Revolução Francesa foram os agentes mais importantes desse processo. Os adventos do absolutismo real e da grande Revolução Francesa são inconcebíveis sem esse racionalismo jurídico.

A partir de uma análise cuidadosa dos registros dos Parlamentos franceses ou dos livros dos Estados Gerais do século XVI até 1789, pode-se verificar que eles são perpassados pelo espírito dos juristas profissionais.

Se examinarmos a estrutura ocupacional dos membros da convenção francesa, encontraremos um único proletário - embora escolhido pela mesma lei eleitoral que seus colegas -, poucos empresários burgueses, mas um número expressivo de juristas de todo o tipo, sem os quais seria impossível compreender a mentalidade específica desses intelectuais radicais e dos projetos por eles apresentados. É a

partir da Revolução Francesa que o advogado moderno e a democracia moderna caminham juntos. Pois somente no Ocidente encontramos a partir da Idade Média o advogado como camada social independente, surgida por meio do *intercessor* do processo germânico, sob a influência da racionalização deste processo.

Nada tem de accidental o surgimento dos advogados e sua importância na política ocidental a partir do surgimento dos partidos. Os empreendimentos dirigidos por partidos nada mais são do que articulações de *grupos de pressão*. Logo veremos o que isso significa. O ofício de advogado consiste em defender com eficiência seus clientes. Nesse sentido, ele é superior a qualquer funcionário, como nos demonstrou a supremacia da propaganda inimiga (propaganda aliada, 1914/1918). Ele pode ganhar tecnicamente uma causa cujos argumentos possuem uma lógica fraca, e, nesse sentido, a causa é *fraca*. Porém, é o único que tem condições de ganhar uma causa fundada em sólidos argumentos, portanto *boa* nesse sentido. Acontece freqüentemente que o funcionário como homem político faça de uma *boa* causa, do ponto de vista dos argumentos, uma causa *má* em função de erros técnicos. Temos disso alguma experiência, pois atualmente a política é feita pre-

dominantemente no âmbito público, por meio da fala ou da escrita. Pesar o efeito das palavras é tarefa do advogado, não do funcionário público. O burocrata não é um demagogo e não pode sê-lo, por definição. Se, por infelicidade, pretende esse papel, irá cumpri-lo mediocrementemente.

O verdadeiro burocrata – isso é fundamental para julgarmos nosso *Antigo Regime* – deve administrar tudo de forma apartidária e, em razão de sua vocação, não deve fazer política. Tal exigência também é aplicável aos funcionários ditos *políticos*, ao menos oficialmente e na medida em que os interesses fundamentais da ordem existente – da *razão de Estado* – não estejam em jogo. Deve ele desempenhar sua missão sem amor e sem ódio, razão pela qual não deve fazer o que constitui característica básica do homem político: lutar. Tomar partido, lutar, apaixonar-se por uma causa caracterizam o homem político, acima de tudo o chefe político. Sua conduta está submetida a um princípio de *responsabilidade* estranho e mesmo contrário ao que norteia o funcionário burocrático. A honra do burocrata baseia-se na sua habilidade para executar conscientemente as ordens que emanam das autoridades superiores, como se fossem suas convicções. Isso permanece válido se a autoridade insiste na ordem mesmo que pareça errônea aos olhos do funcionário e apesar de

seus protestos. Sem tal disciplina moral e sacrifício no sentido elevado do termo, toda organização cairia por terra. A *responsabilidade pessoal* é o elemento constituinte da honra do chefe político e está implícita na sua ação qualquer, sem que ele possa rejeitá-la ou delegá-la a quem quer que seja. Os funcionários com visão altamente ética de sua função são péssimos políticos, não aceitam assumir responsabilidades no sentido político do termo e, desse ponto de vista, aparecem como políticos canhestros. Infelizmente os vemos repetidas vezes em posições de chefia. É a isso que denominamos *regime dos funcionários*. Não constitui todavia um atentado à honra de nossos burocratas revelar as falhas políticas do sistema, visto do ângulo de sua eficácia. Voltemos, porém, mais uma vez aos tipos de figuras políticas.

O *demagogo* tem sido o tipo de chefe político do Ocidente desde a existência de Estados constitucionais e, de modo consolidado, desde a existência da democracia. O aspecto negativo do termo não nos deve fazer esquecer que o primeiro a ostentá-lo foi Péricles e não Cléon. Diferentemente do preenchimento dos cargos por sorteio, característica da antiga democracia, Péricles, como grande estrategista, dirigiu a *ecclesia* soberana do *demos* ateniense, ocupando essa única função eletiva existente. A dema-

gogia moderna também emprega a oratória, mas desmesuradamente, se pensarmos nos discursos eleitorais que o candidato moderno deve pronunciar, porém utiliza preferentemente a palavra impressa, que é mais duradoura. Por esse motivo, o publicista político – e sobretudo o jornalista – é o representante mais notável da demagogia.

Não nos é possível, nos limites desta conferência, sequer delinear as características gerais da sociologia do jornalismo moderno que, sob todos os aspectos, se constitui num capítulo à parte. Somente alguns aspectos deste são pertinentes no contexto desta conferência. O jornalista partilha da condição de todos os demagogos e, diga-se de passagem, assim como o advogado e o artista, escapa a qualquer classificação social mais nítida. Pelo menos é o que se dá no continente europeu, em oposição ao que ocorre na Inglaterra e ao que de resto se passava na Prússia. O jornalista pertence a uma espécie de casta de párias que a *sociedade* julga a partir de seus representantes mais indecorosos. Daí a razão da veiculação das idéias mais estranhas sobre os jornalistas e seu trabalho. Entretanto, na sua maioria, as pessoas ignoram que um trabalho jornalístico de valor requer tanta inteligência como qualquer trabalho erudito, esquecendo-se que se trata de uma tarefa a ser imediatamente executada

em obediência a ordens e que exige um nível de *eficiência* imediata em condições opostas a qualquer outro tipo de atividade intelectual. Dificilmente se reconhece que a responsabilidade do jornalista é muito grande, e o sentido de responsabilidade de qualquer jornalista que se preze nada fica a dever a qualquer outro intelectual, e não é descabido dizer que é superior quando se considera o que se observou durante a guerra. O descrédito do jornalismo aos olhos do público deu-se pelo fato de este ter guardado na sua memória os erros e os abusos de jornalistas irresponsáveis, cuja influência na maioria das vezes foi deplorável. É difícil fazer crer a alguém que a descrição de um jornalista é em geral superior à de outras pessoas. As condições específicas que rodeiam o trabalho jornalístico, com suas grandes tentações, levaram o público a olhá-lo com um misto de desdém e piedosa covardia. Não podemos discutir hoje o que deve ser feito. No momento, interessa-nos o destino profissional político do jornalista e suas possibilidades de alcançar uma posição de comando político. Até o momento, ele teve oportunidades apenas no partido social-democrata; mas mesmo nesse partido, os postos de redator tinham predominantemente a característica de cargos burocráticos, não constituindo um trampolim para o acesso a cargos de direção.

Nos partidos burgueses como um todo, em comparação com a geração anterior, as chances de se alcançar a direção do partido por meio do jornalismo diminuíram consideravelmente. Naturalmente, qualquer político de importância precisava contar com a influência da imprensa e assim cultivava suas relações com o meio jornalístico. Entretanto, era incomum chefes políticos saírem dos escalões do jornalismo. O motivo para esse fenômeno reside no fato de que os jornalistas se tornaram cada vez mais indispensáveis para o seu setor, principalmente aqueles que eram destituídos de posses e, por conseguinte, financeiramente dependentes de sua profissão. Essa situação foi determinada pelo crescimento espantoso da força da empresa jornalística e de sua relação com a atualidade. Essa dependência deve-se ao enorme crescimento das empresas jornalísticas. A necessidade de ganhar uma remuneração escrevendo um artigo diário ou semanal atua como um obstáculo paralisante para aqueles jornalistas que, embora revelem tendência à direção política, se vêem bloqueados material e moralmente na sua ascensão ao poder.

As relações da imprensa com os poderes dominantes na órbita do Estado e dos partidos sob o *Antigo Regime* (do kaiser) prejudicaram o nível do jornalismo, mas isso é um capítulo à margem do que

estamos falando. Tais relações tomaram forma profundamente diferente nos países inimigos da Alemanha (Aliados).

Mesmo ali, e isso vale para todos os Estados modernos, o jornalista perde cada vez mais influência à medida que o magnata capitalista, do tipo do "lorde" Northcliffe, aumenta seu poder.

Atualmente, na Alemanha, quem difunde o apoliticismo são os grandes grupos capitalistas que dominaram os jornais que vivem de *anúncios populares*. Não poderiam obter lucros com uma política independente e sobretudo não poderiam contar com a vantajosa benevolência dos poderes dominantes. O governo recorreu na última guerra ao sistema de anúncios para exercer influência política sobre a imprensa, e é previsível que atualmente se continue nessa orientação. Os pequenos jornais, cuja situação é delicada, não podem fugir a esse sistema, mas espera-se que os grandes jornais o façam. De qualquer maneira, a carreira jornalística atualmente entre nós não constitui o caminho para chegar a ser um chefe político, a despeito dos atrativos que ela possa ter e do espaço de influência, ação e responsabilidade política que possa abrir para quem queira a ela dedicar-se.

É necessário aguardar para ver o que se sucede. Talvez o jornalismo tenha perdido essa função

ou talvez nem a tenha adquirido. É difícil dizer que o abandono ao princípio do anonimato defendido por alguns jornalistas – mas não pela sua totalidade – possa alterar esse quadro. Desgraçadamente, a experiência da imprensa alemã durante a guerra com relação a jornais que empregaram intelectuais com forte personalidade, que utilizavam explicitamente o seu próprio nome nos cargos de redator-chefe, revelou em alguns casos mais conhecidos que o método não era tão bom como se acreditava, no sentido de criar um alto senso de responsabilidade.

Independentemente de partidos, foram os piores *pasquins* que abandonaram o anonimato para aumentar suas vendas – e conseguiram-no. Tanto seus diretores como os jornalistas sensacionalistas ganharam muito dinheiro, porém honra nenhuma. Não se diga porém que, em princípio, se deva rejeitar os artigos assinados. O problema é bem complexo, não criticamos a necessidade da promoção de vendas, e o fenômeno do sensacionalismo irresponsável não é universal. No entanto, até o momento, o sensacionalismo não foi o caminho para a formação de dirigentes autênticos e o exercício responsável da política. Somente o futuro nos dirá algo mais a respeito dessa situação.

Apesar de tudo, a carreira jornalística continua sendo, sob quaisquer circunstâncias, uma das vias

de atividade política profissionais das mais significativas. Porém, esse caminho não está aberto a todos. É especialmente inacessível para as personalidades inseguras e muito mais ainda para aqueles que não conseguem trabalhar sob tensão, embora a vida do intelectual, mesmo insegura, esteja protegida por um universo de convenções sólidas. A vida do jornalista é correr riscos em todos os sentidos em condições que o põem à prova, sem nenhuma semelhança com qualquer outra profissão, embora o aspecto menos penoso da atividade jornalística sejam as experiências por que passa em sua trajetória profissional. As exigências interiores a que o jornalista de nome está sujeito são particularmente avassaladoras e cruéis. Por razões profissionais, esse jornalista é obrigado a frequentar os salões *dos donos da vida*, nos quais é adulado ao mesmo tempo em que é temido. Após abandonar o salão, tem plena consciência de que o anfitrião se desculpará ante os convidados pelo comparecimento desses *lixeiros da imprensa*. Além disso, não é nada fácil se manifestar sobre os temas mais complexos da vida social com a rapidez que o *mercado* exige sem cair na vulgaridade ou sem perder a própria dignidade; se o fizer, arcará com as desastrosas conseqüências de tal ato. Ante tal constelação de forças, não constitui surpresa observar a degradação de alguns, o que surpreen-

de é o contrário: a despeito das dificuldades anteriormente enumeradas, a corporação é constituída ainda por profissionais de valor indiscutível, em número maior do que os leigos possam supor. Relativamente ao jornalista profissional, que, na qualidade de político, tem uma história atrás de si, a figura do funcionário do partido político é bem recente. Para compreender sua origem e evolução, é mister estudar inicialmente a organização e a ação dos partidos políticos. Em quaisquer associações políticas mais amplas, que transcendam a esfera dos interesses paroquiais e imediatos, nas quais os que exercem o poder são eleitos com periodicidade, a empresa política assume a forma de uma organização de interesses. Isso significa que um número relativamente pequeno de homens interessados pela vida política, isto é, para participar do poder, escolhe adeptos, apresenta-se ou apresenta seus protegidos como candidatos a cargos eletivos, reúne os recursos financeiros exigidos e põe-se à rua à procura de votos. Sem tal apoio administrativo é impossível estruturar um processo eleitoral que englobe grupos políticos amplos. Na prática, isso significa a divisão dos cidadãos com direito a voto em ativos e passivos. Como o livre-arbítrio de cada um é a base dessa distinção, é impossível suprimi-la, apesar de propostas amplas como a do voto obrigatório, repre-

sentação profissional ou qualquer outro meio que se proponha a eliminar a diferença e, dessa forma, o poder dos políticos profissionais. Uma direção ativa com adeptos recrutados livremente é a base de qualquer partido político. Os militantes e, por sua mediação, o eleitorado passivo são necessários à eleição do chefe político. Porém, a estrutura dos partidos varia. Exemplificamos com os *guelfos* e os *gibelinos*, partidos das cidades medievais formados por adeptos em função da devoção pessoal. Vários aspectos desses partidos medievais lembram o bolchevismo com os seus *soviets*. Consideremos o *Statuto della parte Guelfa*, certos itens como os referentes à confiscação de bens dos *nobili* – famílias de cavaleiros potencialmente proprietárias de feudos – ou a supressão do direito de exercer determinada função ou supressão do direito de voto, os comitês de partidos inter-regionais, a rígida organização militar e as vantagens da delação. Considerem o bolchevismo, com suas organizações militares rigorosamente controladas, sobretudo na Rússia, em suas organizações de informantes, a negação dos direitos políticos à burguesia, isto é, aos empresários, comerciantes, clérigos, elementos ligados à antiga polícia e à antiga dinastia. A analogia torna-se tão mais surpreendente se considerarmos que, por um lado, a organização militar do partido medieval era apoiada num exército de cavaleiros, no

qual os nobres monopolizavam os cargos diretivos; considere-se o fato de o bolchevismo ter reintroduzido o empresário com alto salário, o trabalho forçado, o sistema Taylor, a disciplina no exército e na fábrica, procurando ainda atrair capitais estrangeiros. Para acionarem a máquina econômica e estatal, viram-se obrigados a aceitar tudo aquilo que condenaram como uma máquina estatal burguesa, reintegrando nas suas funções os agentes da velha *Ochrana Czarista* (polícia secreta) como principal instrumento de seu poder estatal.

A nós não interessa tratar de organizações fundadas na violência; trataremos apenas dos políticos profissionais que lutam pelo poder mediante *pacíficas* campanhas partidárias no mercado dos votos eleitorais.

Considerando os partidos políticos, na sua aceção mais simples, encontramos-os em primeiro lugar, como por exemplo na Inglaterra, como grupos dependentes da aristocracia. Se por um motivo ou outro um par do reino trocava de partido, todos os seus dependentes seguiam-no. Até a proclamação da *Reform Bill* (de 1831), eram as grandes famílias nobres e não o rei que controlavam um grande número de burgos eleitorais. Semelhantes aos partidos aristocráticos, foram os partidos dos notáveis, que se desenvolveram posteriormente em razão da ascen-

são política da burguesia, conservando uma estrutura bem próxima aos partidos da nobreza. Sob a direção espiritual dos intelectuais, camada típica do Ocidente, os grupos que possuíam propriedade e cultura se articularam conforme os interesses de classe, interesses familiares e motivos ideológicos, formando partidos políticos e assegurando a si a direção. Sacerdotes, professores, advogados, médicos, farmacêuticos, camponeses prósperos, fabricantes – na Inglaterra qualquer camada social que julgava pertencer à classe dos *gentlemen* –, constituíam-se inicialmente em associações políticas de ocasião ou, na melhor das hipóteses, em clubes políticos locais. Nessa época, não existiam ainda partidos políticos organizados regionalmente com base em grupos permanentes no interior do país. Em períodos de inquietação social, a pequena burguesia fazia-se ouvir, e o proletariado chegou certa vez a aparecer, mas os dirigentes escolhidos geralmente não provinham da sua camada. Somente os parlamentares garantiam a coesão entre os vários agrupamentos políticos, apesar de pessoas de importância local influenciarem a escolha dos candidatos. Os programas eleitorais eram criados, em parte, em razão das promessas dos candidatos e em parte nas reuniões dos *notáveis* ou nas resoluções das facções parlamentares. Só em caráter secundário e a título ex-

clusivamente honorífico é que um homem de projeção consagra parte de seu tempo livre às atividades de direção de um *clube*. Na inexistência do *clube* (como na maioria dos casos), ele exerce política de um modo inteiramente informal com aqueles poucos interessados, mesmo em épocas normais. O jornalista era o único político remunerado em caráter profissional e, além das sessões do Parlamento, só a imprensa constituía uma organização política dotada de alguma continuidade. Porém, em se tratando de uma ação política que requeresse alguma continuidade, os parlamentares e os chefes de partido sabem a que líderes locais recorrer. Somente nas grandes cidades se instalam e funcionam as sessões permanentes dos partidos, com mensalidades periodicamente pagas por seus membros e com reuniões periódicas e públicas, nas quais o deputado presta contas de seu mandato. Somente em épocas de eleições há vida política.

Contudo, a necessidade de maior organização interna dos partidos fez-se sentir prontamente. Trabalhou nessa direção o interesse dos parlamentares em conseguir alianças eleitorais em diferentes circunscrições, em estabelecer programas de nível nacional vigorosos, apoiados por amplas camadas da população, criando uma agitação unificada em todo o país.

Mesmo sendo criadas se são redes de seções do partido em todas as cidades de média importância, e estendidas para todo o território nacional pelos *homens de confiança*, os quais permaneciam em contato contínuo com um membro do grupo parlamentar, a estrutura do *aparelho* do partido continuou todavia a mesma. Continuou sendo uma estrutura a serviço dos *notáveis*. Afora os empregados da sede central, há ainda carência de funcionários remunerados. Assim, as associações políticas eram dirigidas por pessoas *estimadas* no seu meio, as quais o faziam em virtude de prestígio que de outro modo já possuíam. Esses *notáveis* detinham em suas mãos a atividade extraparlamentar, continuando a exercer idêntica influência à dos *notáveis* com assento no Parlamento. As reuniões locais abertas e a imprensa nutriam-se do material fornecido pelas manifestações partidárias de caráter público. As contribuições regulares dos membros do partido eram indispensáveis, e uma parcela delas era destinada a cobrir os gastos do órgão central.

Até há bem pouco tempo, a maior parte das organizações partidárias alemãs encontrava-se nesse estágio. Na França, permaneciam as relações instáveis entre os parlamentares e os *notáveis* locais. Nesse país, os programas ainda são feitos pelos seus candidatos ou por intelectuais a seu serviço, antes de

iniciar-se a campanha eleitoral, embora as resoluções parlamentares e os programas políticos tivessem de se adaptar em maior ou menor grau às exigências locais. Até há poucos anos, o número de pessoas inteiramente dedicado à política era muito pequeno. Na sua maior parte, o contingente de políticos profissionais era formado por deputados eleitos, funcionários de órgãos centrais partidários e jornalistas profissionais. Na França, o sistema político incluía os arrivistas que ocupavam *cargos políticos* ou a eles se candidatavam. A política constituía-se num passatempo. O número de deputados potencialmente ministcriáveis era muito pequeno, assim como os candidatos a cargos eletivos. Isso se dava em virtude especialmente da sua condição de *notáveis*.

Entretanto, o número daqueles que indiretamente se interessavam pela política, especialmente no que se refere ao seu aspecto material, era imenso. Quaisquer medidas administrativas de um ministério eram tomadas tendo em vista suas repercussões eleitorais. Por intermédio do delegado local, eram encaminhadas as reivindicações pessoais. Agia-se de forma tal que qualquer tipo de pretensão fosse mediada pelo deputado local; a favor ou contra sua vontade, o ministro tinha de prestar-lhe atenção, sobretudo se o deputado fazia parte da

maioria parlamentar, razão pela qual o deputado procurava fazer parte desta. O monopólio das nomeações para cargos relativos aos negócios de sua circunscrição estava nas mãos do deputado. Este, por sua vez, agia cautelosamente em se tratando de representante de um poder local, tendo em vista sua reeleição.

A esse estado idílico de dominação dos notáveis e subretudo dos parlamentares se opõem radicalmente as formas mais modernas de organização partidária. Elas são filhas da democracia, do sufrágio universal, da necessidade da propaganda de massas e da organização dessas mesmas massas, do desenvolvimento da unidade mais elevada de comando e da disciplina a mais rigorosa. É o fim da dominação dos notáveis e do comando dos parlamentares. São os “políticos profissionais” *estranhos* ao Parlamento que tomam a administração nas mãos, ou na qualidade de “empreendedores” – tal como o *boss* norte-americano e o *election agent* inglês –, ou na de funcionários com remuneração fixa. Formalmente, tem lugar em amplo processo de democratização. Não é mais a facção parlamentar que cria os programas normativos, tampouco os notáveis locais detêm a candidatura, mas são as assembleias dos membros filiados ao partido que elegem os candidatos e delegam membros para as assembleias

de ordem superior, das quais possivelmente haverá ainda outras até o “congresso do partido”. Todavia, na realidade, o poder está naturalmente nas mãos daqueles que exercem o trabalho *continuadamente* no seio da administração burocrática ou ainda daqueles de que a administração depende, para o seu andamento, de modo pecuniário ou pessoal, tal como, por exemplo, os mecenas ou dirigentes de poderosos clubes de interesse político (Tammany Hall). O aspecto decisivo é que todo esse aparelho pessoal – a “máquina”, tal como é denominada de modo característico nos países anglo-saxões – e ainda mais aqueles que o dirigem oferecem aos parlamentares as regras do jogo e estão de um modo bastante amplo em condições de impor a eles as suas vontades. E isso tem significado especialmente na escolha da *direção* do partido. Torna-se dirigente aquele que a máquina segue, e o mesmo vale para aquele que está acima do comando do Parlamento. A criação de tais máquinas significa, em outras palavras, a introdução da democracia por *plebiscito*.

Os militantes e sobretudo os funcionários e os dirigentes do partido esperam que o triunfo do chefe lhes traga vantagens, posição ou outras compensações. Esperam obter tais graças do chefe e não somente dos parlamentares: este é o ponto decisivo. Esperam que no processo da campanha eleitoral a

influência demagógica da *personalidade* do chefe lhes traga alguma compensação pessoal, assegure-lhes votos e mandatos, garanta-lhes o acesso ao poder. Uma pessoa que se dedica com devoção espera por remediação e não se satisfaz apenas em trabalhar para a causa de um programa abstrato de um partido medíocre. Uma das molas propulsoras de toda a liderança é o elemento “carismático”.

De forma variável, essa nova maneira de organização dos partidos impôs-se, na maioria dos países, concorrendo com os homens de importância local e com os parlamentares que não abrem mão de sua influência. Esse novo estilo se manifestou primeiro nos partidos burgueses dos Estados Unidos e depois no partido social-democrata, particularmente no alemão.

Essa revolução é marcada por constantes regressões, na medida em que não existe um dirigente aceito por consenso. Mesmo que tal chefe exista, são inevitáveis as concessões de todo tipo à vaidade e ao interesse individual das personalidades importantes do partido. Pode acontecer também que a *máquina* fique nas mãos dos funcionários do partido que são responsáveis pelo trabalho regular. Segundo a opinião de alguns setores social-democratas, seu partido estaria passando por um processo de *burocratização*. Importa lembrar sempre que os fun-

cionários se submetem com relativa facilidade a um demagogo que saiba impressionar. É explicável na medida em que os interesses ideais e materiais dos funcionários estão fortemente vinculados ao crescimento do poder do partido do qual fazem parte e pelo fato de que é muito mais satisfatório subjetivamente trabalhar para o chefe. É muito mais difícil a ascensão do chefe onde os *notáveis*, ao lado dos funcionários, têm muita influência no partido, como ocorre no seio dos partidos burgueses. Os *notáveis* tendem a supervalorizar a posição de membro do grupo ou o cargo do comitê do qual participam. Tal atividade é fundada também no ressentimento contra o demagogo como o recém-chegado, por motivos da convicção íntima de superioridade fundada na “experiência” de política partidária – que pode ter alguma importância – e também pela preocupação ideológica com o desmoronamento das antigas tradições do partido: tudo isso determina a conduta dos *notáveis*. E eles ainda podem contar com todos os elementos tradicionalistas do partido. Sobretudo o eleitor do meio rural, mas também o pequeno burguês procuram o *notável* que lhes é familiar. Eles são desconfiados do político desconhecido, mas apenas para que, caso tenha sucesso, possam se unir a ele sem sinal de fraqueza.

Consideremos a partir de agora, por meio de alguns exemplos específicos, a luta entre as duas formas estruturais – a dos *notáveis* e a do partido –, dedicando especial atenção à ascensão da forma plebiscitária, tal como é descrita por Ostrogorsky.

Vejamos a Inglaterra em primeiro lugar, onde a organização de partido se constituiu em mera organização de *notáveis*, pelo menos até 1868. No campo, os conservadores Tories contavam com o apoio do pastor anglicano e do diretor da escola, por exemplo, mas sobretudo com o apoio dos grandes latifundiários do respectivo condado. Os liberais (whigs) eram apoiados pelo pregador inconformista (quando ele existia), pelo chefe dos correios, pelo ferreiro, pelo alfaiate, pelo cordoeiro, por aqueles artesãos que podiam propagar sua influência política na medida em que se comunicavam com muita frequência com a população. Nas cidades, os partidos diferenciavam-se em razão de sua inclinação econômica, religiosa ou simplesmente conforme a herança partidária transmitida pela família. Os *notáveis* sempre foram os pilares da organização política. Com base nessa estrutura, alicerçavam-se o Parlamento e os partidos dirigidos pelo gabinete e seu “líder”. Este era o “chefe” do Conselho de Ministros ou da oposição. Ele tinha ao seu lado a personalidade mais importante da organização partidária dentre

os políticos profissionais, o “disciplinador” (whip). A seu cargo estava a distribuição das nomeações e, portanto, os caçadores de cargos tinham de se dirigir a ele, que agia então após consulta aos deputados das diversas circunscrições eleitorais. Verificou-se então a partir disso o desenvolvimento gradual de uma nova camada de políticos profissionais mediante a convocação de agentes locais, que inicialmente não recebiam remuneração alguma, assumindo posição semelhante à dos “homens de confiança” na Alemanha. Junto a isso, desenvolveu-se uma figura empreendedora de cunho capitalista, o *election agent*, cuja existência foi inevitável na moderna legislação inglesa, a qual garantia a transparência do processo eleitoral.

Essa legislação tinha por finalidade fiscalizar os custos das campanhas eleitorais, tentando controlar o poder econômico ao obrigar o candidato a declarar publicamente o custo de sua campanha eleitoral. Na Inglaterra, o candidato, além de gastar sua voz, tinha de desembolsar algum numerário também. Em princípio, o *agente eleitoral* exigia do candidato o pagamento de certa soma em dinheiro, conseguindo, dessa forma, uma situação vantajosa. A divisão de poderes que se dava entre o “líder” e os notáveis do partido, seja no Parlamento ou no campo, garantia maior influência àquele, pois particu-

larmente na Inglaterra estavam em suas mãos os recursos que estes necessitavam para dar continuidade a certa política. No entanto, a influência dos *notáveis* e dos parlamentares continuava sendo apreciável.

Esse aproximadamente é o aspecto que apresentavam quanto à sua forma organizatória os antigos partidos. Eles eram formados em parte pela organização dos *notáveis* e em parte por funcionários assalariados. A partir de 1868, desenvolve-se o sistema de *caucus*, primeiro para as eleições locais em Birmingham e depois ampliado ao país todo. Seu nascimento deve-se à ação de um pastor não conformista auxiliado por Joseph Chamberlain. O pretexto foi a democratização do direito ao voto. Com a finalidade de atrair a massa, acreditou-se ser necessário mobilizar um grande aparato de associações aparentemente democráticas, organizando em cada bairro da cidade um comitê eleitoral, mantendo uma ação contínua e burocratizando o conjunto. Com isso, o número de funcionários remunerados pelos comitês locais cresceu muito e rapidamente eles organizaram cerca de dez por cento do eleitorado. Os principais intermediários, escolhidos pela via eleitoral e com o direito de cooptação, tornaram-se os portadores formais da política do partido. As forças atuantes eram os círculos locais, sobretudo aqueles interessados na política de comuna – em todos os

lugares a fonte das chances materiais mais sólidas –, os quais eram capazes de reunir em primeira linha os meios financeiros. Essa nova máquina, alheia ao controle parlamentar, rapidamente teve de enfrentar os atuais detentores do poder e principalmente a figura do *whip*. Com o apoio de personalidades locais, essas forças submetteram o *whip*, obrigando-o a negociar. Daí o poder se centralizou em poucas mãos e, finalmente, na única mão daquele que estava à frente do partido. Esse sistema desenvolveu-se no partido liberal concomitantemente à ascensão política de Gladstone. A vitória da *máquina* sobre os *notáveis* deveu-se à demagogia praticada por Gladstone e à crença das massas no conteúdo ético de sua política e de sua pessoa. Isso determinou a emergência no cenário político inglês de um cesarismo plebiscitário – surgia o ditador da batalha eleitoral.

Em 1877, o *caucus* começou a funcionar pela primeira vez nas eleições nacionais, alcançando êxito, cujo resultado se materializou na queda de Disraeli, no auge de sua carreira de realizações políticas.

Desde 1866, a *máquina* já estava de tal forma ligada carismaticamente à pessoa que, quando se colocou o tema da autonomia da Irlanda, ela em nenhum momento se perguntou se estava de fato ao lado de Gladstone por razões objetivas, mas simplesmente

correspondeu ao seu chamado: seguiremos Gladstone tenha ele razão ou não. Desse modo, Chamberlain, o criador da máquina, foi abandonado à sua própria sorte.

Essa maquinaria toda necessitava de um aparato pessoal vultoso. São cerca de duas mil pessoas na Inglaterra que vivem diretamente da política de partidos. Muito mais numerosos ainda são aqueles que atuam na política pura e simplesmente como caçadores de cargos ou interessados, especialmente no âmbito da política comunitária. Ao lado das possibilidades econômicas, os políticos do *caucus* que tinham alguma utilidade ainda podiam ter sua vaidade satisfeita. Tornar-se um "J.P." ou mesmo um "M.P." é um impulso natural da ambição mais elevada (e normal), e tais pessoas que vieram de um bom berço, os *gentlemen*, gozavam de vantagens. A posição mais elevada que podiam esperar era a de *peer*, e isso estava aberto principalmente para os mecenas endinheirados – as finanças dos partidos correspondiam em cerca de 50% a doadores anônimos.

A que levou esse sistema? Na atualidade, os membros do Parlamento, exceção feita a alguns membros do gabinete (e de alguns inconformistas), ficaram reduzidos a eleitores de cabresto, muito bem disciplinados. No Reichstag (Parlamento) alemão, os parlamentares utilizaram seus mandatos ocupan-

do-se de sua correspondência pessoal, mantendo a imagem de que se preocupavam com o bem-estar nacional. Na Inglaterra, essa encenação é dispensável, o parlamentar tem de votar sem trair o partido. Deve apresentar-se quando convocado, obedecendo às ordens do gabinete ou do chefe da oposição. A máquina do *caucus* é uma massa amorfa nas mãos de um líder enérgico a quem deve obedecer. Acima do Parlamento aparece a figura do chefe como um ditador plebiscitário que orienta as massas na medida de seus interesses por meio da “máquina”. Para ele, os parlamentares não passam de detentores de prebenda política, em suma, fazem parte de sua clientela.

Como são escolhidos os chefes em tal sistema?
Que qualificações devem apresentar?

Além das qualidades de força de vontade – decisivas em qualquer parte –, exige-se a força do discurso demagógico. Enquanto na época de Cobden os discursos visavam à razão e na de Gladstone deixava-se “que os fatos falassem por si”, atualmente, para mover as massas, utilizam-se meios emocionais iguais aos utilizados pelo Exército da Salvação para mobilizá-las. Isso cria uma espécie de “ditadura fundada na emoção e na exploração das massas”. No entanto, o grande desenvolvimento que tiveram as comissões no sistema parlamentar inglês permite essa ditadura e obriga qualquer político que deseje

participar do poder a cooperar com ela. Todos os ministros relevantes das últimas décadas passaram por este aprendizado bastante eficiente e real, e a prática dos relatórios e das críticas públicas é condição para que esta escola signifique uma seleção efetiva e exclua os meros demagogos.

É o que ocorre na Inglaterra. O sistema de *caucus*, que ali é dominante, aparece como uma forma singela de máquina política, se comparado com os Estados Unidos, onde se adotou na sua versão mais pura o regime plebiscitário.

Segundo Washington, deveriam ser os Estados Unidos uma comunidade de *gentlemen*, na qualidade de latifundiários ou portadores de um diploma universitário. No início da organização dos partidos, os membros da Câmara de Representantes pretendiam tornar-se chefes políticos, como o foram os *notáveis* na Inglaterra. Até 1824, a organização dos partidos era bastante flexível. Porém, já antes de 1820, apareceram as primeiras máquinas políticas em algumas comunidades, as quais eram também as primeiras cidades do desenvolvimento moderno. No entanto, com a eleição de Andrew Jackson, candidato dos criadores do Oeste à presidência da República, deu-se o abandono das antigas tradições. A direção do partido por membros do Parlamento teve seu fim formal logo após 1840, quando os parlamenta-

res Webster e Calhoun retiraram-se da vida política – pois o Parlamento perdeu quase todo o seu poder no campo em relação à máquina partidária. O fato de a *máquina plebiscitária* ter-se desenvolvido tão rapidamente naquele país se deveu ao fato de que ali, e apenas ali, o chefe do Executivo tinha em suas mãos o poder de nomeação para os cargos e, com a condição de presidente eleito por plebiscito, gozava de uma independência quase total ante o Parlamento. Prebendas e cargos eram oferecidos após a eleição de um candidato vitorioso aos seus adeptos. Tal sistema de *espólios* foi elevado a nível de princípio por Andrew Jackson.

O que significa para a formação dos partidos políticos atuais esse sistema de *spoil*, isto é, a distribuição de cargos aos adeptos do candidato vitorioso? Significa que partidos inteiramente destituídos de princípios se opõem como organizações empenhadas apenas na caça de cargos, as quais redigem os seus programas mutáveis segundo suas possibilidades eleitorais – mutáveis de uma maneira que não encontra correlato em lugar algum, apesar de todas as analogias. Os partidos são constituídos sob medida para a disputa eleitoral mais importante para a patronagem dos cargos: a eleição do presidente da União e dos governadores dos estados. As plataformas e os candidatos são seleccionados nas

convenções partidárias nacionais, cujos delegados são formalmente escolhidos por via democrática, sem a intervenção dos parlamentares. Esses delegados das assembléias possuem mandatos outorgados por assembléias *primárias*, ou seja, por militantes de base. Já nas *primárias*, os delegados são eleitos em função dos nomes dos candidatos à presidência do país, razão pela qual no seio dos partidos se desenvolvem as mais encarniçadas lutas pela *nomeação*, pois o presidente tem em suas mãos de trezentos a quatrocentos mil cargos para nomeação com a concordância dos senadores dos vários estados – por isso estes são poderosos. A Câmara dos Representantes é relativamente impotente, politicamente falando, pois a nomeação para os cargos públicos escapa à sua alçada, e os ministros, auxiliares diretos do presidente eleito pelo povo, exercem suas funções sem considerar a Câmara – isso é mais uma consequência do princípio da *separação dos Poderes*.

O sistema de distribuição de cargos, desenvolvido desta forma, foi *possível* tecnicamente nos Estados Unidos em virtude da juventude de sua cultura, a qual podia suportar uma administração dominada e orientada por diletantes. Obviamente, contando com trezentos ou quatrocentos mil militantes, sem outra qualificação a não ser os serviços prestados ao partido ao qual pertenciam, os Estados Unidos as-

sistiram a uma corrupção inigualável, só suportável por um país com possibilidades econômicas ilimitadas.

O *boss* é a figura que aparece na superfície dessa máquina partidária de ordem plebiscitária. O que é ele? Não passa de um empresário político capitalista que busca votos por sua conta e risco. Inicialmente, é proprietário de um estabelecimento comercial ou de um bar, advogado ou agiota, desempenhando uma atividade que lhe permite montar uma infra-estrutura necessária à caça aos votos. Após controlar determinado número de votos, entra em contato com o *boss* mais próximo e, com persistência, habilidade e discrição, atrai a atenção dos que já fizeram carreira política; daí por diante acha o caminho para maiores escaladas.

Ele torna-se indispensável à organização do partido, concentrando todos os poderes em suas mãos. É ele quem fornece os recursos financeiros à empresa política. Qual a origem desses recursos? Eles se originam de uma taxa paga pelos membros do partido e daqueles que conseguiram nomeação para um cargo público, sem contar com as gratificações e com as comissões. Se alguém impunemente desejar infringir qualquer lei, terá de contar com o apoio do *boss* e pagar por ele; caso contrário, ver-se-á em apuros. Para constituir o capital necessário para que o

partido funcione, além das fontes citadas, o *boss* é o coletor dos fundos que os grandes capitalistas destinam aos partidos políticos, pois os grandes capitalistas não confiariam recursos destinados a eleições a funcionários burocráticos dos partidos ou a quaisquer que precisassem prestar contas publicamente dos recursos recebidos.

Por sua discrição e prudência, é o *boss* o escolhido para receber e manipular tais recursos, pois é um cidadão que não está à procura de honrarias, sabe muito bem o que quer – desprezado pela *alta sociedade*, só busca o poder como fonte de dinheiro ou o poder pelo poder. Diferentemente do líder inglês, ele trabalha anonimamente. Nunca toma a palavra publicamente, porém sugere o que deve ser dito com precisão e concisão. Ele nunca assume um cargo, a não ser o de senador, pois, por força da Constituição, os senadores devem ser ouvidos na hora da distribuição dos cargos. A nomeação para cargos públicos é feita em troca de serviços prestados aos partidos ou contra pagamento em dinheiro, cujo preço varia conforme o cargo pretendido. É um sistema de venda de cargos já praticado pela Igreja e pelas monarquias nos séculos XVII e XVIII.

O *boss* caracteriza-se por não apegar-se a ideologia política alguma – princípios são coisas que ele desconhece. O que importa a ele é a resposta à per-

gunta: como conseguir o maior número de votos possível? Em geral, é pessoa sem grande capital cultural, de vida particular inatacável, só criticável no âmbito da moral política, pois ele se adapta às práticas que vigoram na área, como os capitalistas que, numa época de acumulação, adotaram idêntica forma de ação na área da moral econômica. Ser socialmente desprezado como político *profissional* não o preocupa. O fato de não possuir grandes ambições políticas lhe é vantajoso, pois é comum se verificar a candidatura de intelectuais que não pertencem aos partidos, portanto *notáveis*, em virtude do fato de o *boss* entender que essas personalidades carrearão votos ao partido. Isso difere profundamente da situação na Alemanha, onde os antigos e *notáveis* membros do partido se apresentam comumente às eleições como candidatos. A estrutura desses partidos sem princípios, animados pelos detentores do poder, desprezados pela sociedade, contribuiu para levar à presidência dos Estados Unidos homens que na Alemanha jamais se teriam projetado. É lógico que o *boss* ataque o estranho que ameace suas fontes de renda e poder, na hipótese de uma eleição. No entanto, na luta competitiva no mercado eleitoral, o *boss* muitas vezes viu-se obrigado a aceitar o patrocínio de candidatos que tinham como bandeira a luta contra a corrupção.

Verifica-se a existência de uma empresa política fortemente estruturada em moldes capitalistas, da base ao vértice, apoiada por associações muito poderosas, como o Tammany Hall, que lembram as ordens de cavalaria. Sua única finalidade é tirar proveito da dominação política, tendo em vista a localização da melhor porção dos despojos: no âmbito municipal. Tal estrutura de partidos só foi possível nos Estados Unidos, um *país novo*. Pelas mesmas razões, tal sistema está condenado a desaparecer lentamente. O país não pode continuar a ser governado apenas por diletantes. Há quinze anos, quando se perguntava aos trabalhadores norte-americanos por que admitiam ser governados por políticos a quem votavam desprezo público, respondiam eles: “Preferimos ser governados por funcionários os quais podemos desprezar que por uma casta de burocratas que nos despreze, como ocorre no seu país”. Esse era o antigo ponto de vista da *democracia norte-americana*. Já naquela época, os socialistas partilhavam de outro ponto de vista. Nos dias que correm, a situação tornou-se intolerável. A administração diletante não é mais suficiente, e a reforma do serviço público, em grau cada vez maior, vem criando cargos para funcionários de carreira com direito à aposentadoria. A reforma atua no sentido de incorporar às fileiras do funcionalismo elementos com

formação universitária, tão incorruptíveis como os burocratas alemães. Cem mil empregos já não constituem prebenda a ser oferecida ao vencedor das eleições, mas dão direito à aposentadoria concomitantemente à exigência de maior qualificação. Isso fará com que o sistema de nomeação para cargos burocráticos como resultado da vitória nas eleições progressivamente entre em desuso, e é possível que isso mude o caráter da chefia do partido; porém, no momento não sabemos em que direção irá o processo.

Na Alemanha, entre as condições determinantes da empresa política, ressaltamos a impotência do Parlamento. Nenhuma personalidade com capacidade de liderança deseja permanecer lá por muito tempo. Se, por acaso, essa personalidade pretender lá ingressar, o que poderá ali fazer? Quando vagar um cargo, dirá ele ao chefe de pessoal: "Possuo na minha circunscrição eleitoral alguém que possa ocupá-lo". Em geral, as coisas se passam assim. Isso é o máximo que um parlamentar pode conseguir para satisfazer seus desejos de poder, se algum dia os teve.

Alie-se ao primeiro fator - a impotência do Parlamento - um segundo: a grande importância do funcionário burocrático de carreira na Alemanha. Nesse assunto, é o primeiro país do mundo. Porém, os funcionários pretendem ocupar tam-

bém o cargo de ministro. No ano passado, por ocasião do debate a respeito da introdução do parlamentarismo no governo da Baviera, ouviu-se dizer que se fossem atribuídos cargos ministeriais a parlamentares, pessoas com capacidade não se tornariam mais funcionários. Diversamente do que sucede na Inglaterra, na Alemanha a função pública não estava sujeita ao controle de comissões parlamentares, razão pela qual, na Alemanha, o Parlamento não formava chefes capazes de dirigir uma administração.

Diferentemente dos Estados Unidos, na Alemanha os partidos políticos possuem uma *visão de mundo*, de tal forma que é possível se afirmar que seus membros esposam alguma doutrina política, apesar de os dois partidos mais importantes – o do centro e o social-democrata – serem minoritários e quere-rem assim continuar. No Império Alemão, os dirigentes do Partido do Centro sempre afirmaram que se opunham ao regime parlamentarista e não desejavam ser o bobo da corte, porque suas dificuldades aumentariam no momento em que pleiteassem a nomeação de alguém para um cargo público. Por princípio, o partido social-democrata é minoritário, e nessa qualidade sempre se opôs ao regime parlamentarista, pois não queria incorporar-se à ordem político-burguesa dominante. O sistema parla-

mentarista não foi introduzido na Alemanha graças à oposição desses dois partidos em relação a ele.

Ante essa realidade, qual é o destino dos políticos profissionais na Alemanha? Eles somente desempenhavam um papel subalterno porque jamais dispuseram de algum poder ou assumiram qualquer responsabilidade. Como os *notáveis* faziam de seu pequeno círculo a razão de ser de sua existência, era impossível que uma pessoa diferenciada conseguisse projectar-se. Poderia citar inúmeros casos, não excluindo a social-democracia em que suas carreiras políticas se converteram em tragédias pessoais porque os indivíduos possuíam liderança, razão pela qual eram excluídos pelos *notáveis* dos partidos. Todos os nossos partidos assim agiram e se converteram em associações de *notáveis*. Embora de inteligência mediana, Bebel possuía o temperamento e a força de caráter de um líder político. O fato de ter sido um mártir, de nunca ter traído a confiança que as massas nele depositavam, valcunhe seu apoio total. No Partido Social-Democrata, não havia ninguém em condições de se opor a ele. Com sua morte, inaugurou-se o domínio dos burocratas: funcionários sindicais, secretários do partido e jornalistas apareceram em primeiro plano. Tomaram conta do partido burocratas honrados muito superiores aos burocratas sindicais norte-ame-

ricanos, sobre quem pesa sempre a acusação de corrupção. Nem por isso pesou menos na social-democracia a hegemonia burocrática.

A partir de 1880, os partidos burgueses converteram-se em grêmios de *notáveis*. É bem verdade que, em ocasiões excepcionais, se viam eles obrigados a apelar a personalidades fora dos quadros partidários para dizer: "Contamos com tais e tais nomes". Dentro do possível, procuravam impedir que essas personalidades apresentassem suas candidaturas a pleitos eleitorais; somente quando isso se tornava inevitável é que o permitiam. O mesmo espírito reinava no Parlamento. Nossos partidos parlamentares desde o início constituíram-se em associações fechadas, e assim ainda permanecem. O partido censura quaisquer discursos antes de serem apresentados ao Parlamento. Isso é facilmente constatável pelo tédio que provocam. Só podem falar os que são anteriormente indicados. Isso contrasta profundamente com os hábitos parlamentares ingleses, e, por razões opostas, com os hábitos parlamentares da França.

É possível que alguma mudança esteja ocorrendo em razão do fracasso daquilo que denominamos de revolução. Afirmo-o sem muita segurança. Inicialmente surgiram propostas de novos tipos de aparatos partidários. Em primeiro lugar, aparatos consti-

tuídos por amadores. Eles eram muitas vezes compostos por estudantes de diversas faculdades, os quais se dirigiam a um homem a que creditavam qualidades de liderança do seguinte modo: “Faremos o trabalho necessário, a você caberá a liderança”. Em segundo lugar, aparatos de caráter comercial. Neles, pessoas a quem fora atribuída a qualidade de líder recebiam ofertas de outras dispostas a cuidar da propaganda mediante o pagamento de determinada quantia por cada eleitor conquistado. Se me perguntassem com franqueza qual dos dois aparelhos me inspira confiança, responderia sem pestanejar: o segundo. Advirto que nos dois casos nos encontramos ante bolhas de sabão que rapidamente ascendem para logo depois estourar. Os aparelhos existentes transformaram-se, porém continuaram funcionando. Os fenômenos anteriormente assinalados são apenas sintomas de organizações que poderiam emergir se houvesse chefes novos. No entanto, a peculiaridade técnica da representação proporcional impedia que isso acontecesse. Somente emergiram para desaparecer com a mesma rapidez alguns ditadores das multidões que alvorçaram as ruas. Os seguidores dessa ditadura popular estavam organizados de forma estritamente disciplinada; daí sua força, que, na atualidade, perde importância.

Suponhamos que o quadro mude. Então, conforme dissemos anteriormente, deve ficar claro que a direção plebiscitária dos partidos pressupõe a *despersonalização* de seus adeptos, sua proletarianização intelectual, poderíamos assim dizer.

Para que tenham utilidade para o chefe como aparato, os adeptos devem segui-lo cegamente, isto é, tornar-se máquina no sentido norte-americano, sem que haja interferência da vaidade dos notáveis e pretensões de defender os próprios pontos de vista. Graças a esse caráter da organização política foi possível Lincoln ser eleito. Idêntico fenômeno deu-se com o *caucus*, beneficiando Gladstone. É o preço que deve ser pago pela hegemonia dos dirigentes. Só é possível optarmos entre uma democracia de dirigentes com um *aparelho* e uma democracia acéfala, ou seja, renegando o chefe, se esta estiver sob domínio dos *políticos profissionais* sem vocação ou carisma – a isso a oposição no interior de um partido denomina o reino das *facções*. Atualmente, é isso o que ocorre na Alemanha. No seio dos partidos alemães, atualmente vislumbramos apenas o domínio dos políticos. O ressurgimento do Conselho Federal perpetuará tal situação no Estado Federal, conseqüentemente limitando o poder da Assembleia e a possibilidade da emergência de líderes. O sistema de representação proporcional, como é

atualmente conhecido, trabalha nessa direção. Esse sistema é a manifestação mais clara de uma democracia sem lideranças, facilitando em favor dos *notáveis* manobras na confecção das listas de votação e também porque facilita aos grupos de pressão forçarem os partidos políticos a incluir em suas listas subordinados seus, de tal forma que surgirá em breve um Parlamento apolítico, no qual os que têm liderança não têm lugar. Diante da falta de líderes, só o presidente do Reich seria uma alternativa, desde que fosse eleito por plebiscito e não por via parlamentar. Somente expostos ao crivo de uma administração no município onde possam escolher seus auxiliares imediatos, como se dá nos Estados Unidos, quando surge um prefeito plebiscitário que combate a corrupção, é que é possível o surgimento de lideranças e de uma seleção entre os candidatos ao cargo.

Seria possível aguardar tal resultado se os partidos fossem organizados em função de um processo eleitoral desse tipo. No entanto, a hostilidade pequeno-burguesa em relação aos líderes, que aparece com toda sua clareza no Partido Social-Democrata alemão, torna muito fluida a natureza da futura estruturação dos partidos, bem como incertas as possibilidades de que se dê a emergência de personalidades com liderança.

Conseqüentemente, na atualidade, não é possível determinar em sentido algum a futura configuração da ação política como *vocação*. Também não se vislumbra nenhuma possibilidade de abrir espaço àqueles que possuam *vocação* política para se devotarem a uma tarefa satisfatória. Quem, em função de sua situação econômica, quiser viver *da política*, tem duas alternativas: ou se dedicará ao jornalismo e à burocracia partidária, ou lutará para conseguir um cargo numa associação que defenda interesses do tipo sindical, câmara de comércio, sociedade rural, ou procurará um cargo em um governo local. Nada mais se pode dizer a respeito senão que tanto o jornalista como o burocrata de um partido político partilham ódio igual ao que é dedicado aos “desclassificados”. Serão sempre chamados, pelas costas, é verdade, de *escribas assalariados* ou *oradores a soldo*. Quem for incapaz de enfrentar tais ataques, melhor seria não se dedicar àquelas carreiras, que, apesar de constituírem de fato um caminho possível, trazem em seu bojo não só contínuas decepções como também pesadas tentações. Cabe agora considerar que satisfações íntimas podem proporcionar essas carreiras e que condições pessoais constituem pré-requisito para seguir esse caminho?

Bem, a carreira, antes de mais nada, proporciona um sentimento de poder. Saber que influi sobre

outras pessoas, que toma parte no poder que está acima delas e, sobretudo, a sensação de ter em suas mãos o rumo de acontecimentos historicamente importantes podem ajudar o político profissional a superar a rotina quotidiana, mesmo quando ocupar cargos secundários no plano formal. Porém, a questão que se coloca agora é a seguinte: quais são as qualidades que lhe permitem estar à altura do poder que possui (por menor que seja) e, por consequência, à altura da responsabilidade que tal poder lhe impõe? Isso nos leva ao terreno das questões éticas em que está implícita a exigência: que tipo de personalidade é necessário ser para poder interferir na roda da história?

Podemos dizer que três qualidades são decisivas para o político: paixão, sensação de responsabilidade e sentido das limitações.

Isso significa paixão no sentido de *objetividade*, devoção apaixonada a uma *causa*, ao Deus ou ao demônio que é o soberano dela. Não se trata de paixão no sentido definido por meu falecido amigo George Simmel – como *excitação estéril* –, peculiar a certo tipo de intelectual russo (nem todos, é claro), uma excitação que nesse carnaval que denominamos *revolução* desempenha um grande papel entre os intelectuais. Trata-se de um romantismo do intelectual-

mente *interessante*, que se perde num vazio no qual falta qualquer sentido de responsabilidade objetiva.

A paixão, por mais autêntica que seja, é insuficiente. Colocada a serviço de uma causa, faltando porém o correspondente sentimento de responsabilidade, como elemento fundamental da atividade, a paixão não cria o líder político. Isso requer a existência de um sentido dos limites. Essa é a qualidade psicológica fundamental do político: sua habilidade para permitir que os fatos ajam sobre si, mantendo a calma interior do espírito, sabendo manter o sentido de *distância* ante os homens e as coisas. A *falta de distância* constitui um dos pecados capitais do homem político. Essa ausência de distância, se for cultivada, condenará gerações de intelectuais à impotência política. O problema maior é conviverem, na mesma pessoa, a paixão ardente por uma causa e o sentido exato das proporções. A política é feita com a cabeça e não com as demais partes do corpo ou da alma. Entretanto, para evitar que se transforme num frívolo jogo intelectual e para que se torne uma autêntica atividade humana, a devoção política só pode nascer e alimentar-se da paixão. No entanto, esse firme controle da razão, que caracteriza o político apaixonado, diferenciando-o do mero diletante político sujeito a uma *excitação estéril*, só é possível mediante a familiarização com a dis-

tância, no sentido pleno do vocábulo. A *força* de uma *personalidade* política pressupõe, em primeiro lugar, a paixão, a responsabilidade e o sentido de proporção.

Há um inimigo vulgar e muito humano que o homem político deve combater diuturnamente: a *vaidade*, inimiga mortal de qualquer devoção a uma causa, inimiga de toda a distância e, neste caso, da distância em relação a si mesmo. A vaidade é um traço muito desenvolvido e talvez ninguém esteja isento dela – nos meios universitários e científicos aparece como *doença da profissão*. No estudioso, ela é praticamente inócua, na medida em que não perturba seu trabalho científico de pesquisa. No caso do político, o quadro é totalmente diverso. Ele lida com a ambição por *poder* como instrumento inevitável. Com efeito, o “instinto por poder” – como se costuma denominá-lo – pertence às suas qualidades normais. Todavia, o pecado contra o espírito santo de sua profissão começa quando essa ambição por poder perde seu vínculo com a realidade e se torna objeto de pura exaltação pessoal, em vez de estar apenas a serviço da “causa”. Existem na verdade duas espécies de pecado mortal na esfera política: não defender causa alguma e ausência de sentido de responsabilidade. A vaidade, ou a necessidade de se colocar individualmente da forma mais diferencia-

da possível em primeiro plano, leva o homem político a cometer um ou outro desses pecados.

Isso ocorre proporcionalmente à existência de uma pressão no sentido de o demagogo construir uma aparência, e isso traz entranhado o perigo de ele se converter em ator, desempenhando o papel de um histrião, ou de assumir levemente a responsabilidade pelas implicações de suas ações, pois sua preocupação constante é impressionar os outros. Sua falta de objetividade leva-o a procurar uma aparência de poder em vez do poder real. Sua irresponsabilidade leva-o a gozar do poder pelo poder sem uma finalidade dotada de conteúdo. Justamente porque a ânsia de poder constitui uma das molas propulsoras de qualquer política, não existe distorção mais prejudicial à ação política que o fanfarrão que se diverte com o poder como um novorrico ou como um Narciso, cultivando a vaidade de seu poder – ou seja, toda a adoração do poder pelo poder. O político que procura *o poder pelo poder* pode alcançar algum efeito, mas toda sua ação perde-se no absurdo e no vácuo. (Em nosso meio existe um culto difundido com fervor que pretende glorificá-lo.) Nesse sentido, têm razão aqueles que criticam *o poder pelo poder*. A rápida derrocada moral de representantes típicos dessa mentalidade revela a impotência e as debilidades internas que se es-

condem por trás do gesto jactancioso, porém esva-
ziado. Política desse tipo é fruto de um espírito
canhestro, extremamente mesquinho e superficial,
a qual não tem relação alguma com o *sentido* da ati-
vidade humana, que está completamente desvin-
culada da consciência trágica que impregna a ação,
especialmente a ação política.

É incontestável o fato de que o resultado da ação
política raramente condiz com a intenção original
do sujeito. Frequentemente, a relação entre a inten-
ção e o resultado da ação é paradoxal. Tal
constatação percorre a história, porém não nos de-
teremos nesse ponto, pelo menos agora. Graças a
isso, a dedicação a uma causa deve estar presente,
desde que haja a expectativa de que a ação possua
força interior. É a causa, pela qual o político luta pelo
poder e para o qual utiliza, que se apresenta como
uma questão de fé. O político pode estar a serviço
de objetivos nacionais ou humanitários, sociais, éti-
cos ou culturais, mundiais ou religiosos. Pode fun-
damentar-se numa firme confiança no progresso –
não importa em que direção – ou pode tranqüila-
mente excluir esse tipo de convicção. Pode atuar a
serviço de uma idéia ou, por princípio, desvalorizar
qualquer sistema de idéias, servindo apenas a obje-
tivos da vida quotidiana. No entanto, algum tipo de
fé deve haver, pois, caso contrário, a maldição da in-

dignidade da criatura eclipsará o êxito político, mesmo daquele que for aparentemente o mais forte.

Passaremos agora a discutir o último problema que nos preocupa nesta noite: o *ethos* da política como causa a ser defendida. Qual é o papel que a política deve desempenhar dentro da economia ética total da ação humana? Qual é o lugar ético próprio da política? Esse é o terreno em que se enfrentam *visões de mundo* e dentre as quais é necessário escolher em certo momento. Abordemos decididamente esse problema que é repetidamente colocado em foco.

Antes de mais nada, urge livrarmo-nos de uma visão falsa bastante vulgar, segundo a qual a ética pode desempenhar um papel extremamente comprometedor. Consideremos alguns exemplos. Comumente, o homem que abandona sua esposa sente necessidade de autojustificar-se, pretextando que ela era indigna de seu amor, “não merecia meu carinho”, “desiludiu-me” ou coisa do tipo. Trata-se de uma falta de cavalheirismo que conduz ao singelo destino de que ele não ama mais aquela mulher e que ela tem de viver com isso; nessa profunda falta de cavalheirismo é gerada uma “legitimidade”, mediante a qual ele se outurga um direito e pode assim desejar o infortúnio e o prejuízo dela. O concorrente dessa batalha erótica também pensa nesses

termos: o vencido é indigno, pois perdeu a batalha. Corresponde a essa atitude aquele que, após triunfar no campo de batalha, proclama em alto e bom som: “Venci porque estou com a razão”. O mesmo se dá com o homem que ante a barbárie da guerra entra em crise, procurando autojustificar-se dizendo: “Não podia mais suportar, porque era obrigado a combater por uma causa injusta”. O mesmo pode ser dito do vencido na guerra; em vez de se autocompadecer na atitude de comadrismo à procura de um *responsável* – pois é a própria estrutura social que cria os conflitos –, melhor faria se adotasse a postura:

Perdemos a guerra, vocês triunfaram. Deixemos o passado de lado e discutamos as implicações da nova situação tendo em vista os interesses *reais* em questão e a responsabilidade ante o *futuro* que pesa sobre o vencedor, antes de mais nada.

Qualquer outra atitude é indigna e autodestrutiva. Uma nação perdoa os prejuízos materiais que sofre, mas nunca perdoará uma ofensa a sua honra, sobretudo quando se procura ter razão a qualquer preço. Cada novo documento tornado público, muitos anos após o término de uma guerra, só pode despertar raivas injustificadas, ódio, quando seria melhor esquecer o conflito, pelo menos no plano

moral. Isso só é possível quando não falta o sentido de dignidade, que é o que impede a adoção de uma *ética* nefasta a ambos os lados. Uma *ética* preocupada em lançar o peso de *responsabilidades* a atos cometidos no passado cria uma questão insolúvel, porque estéril, despreocupando-se com aquilo que interessa ao político de *vocação* – o futuro e a responsabilidade ante este. Atuar dessa forma é politicamente condenável. Tal atitude impede-nos de visualizar até que ponto o problema aparece encoberto por interesses materiais: o interesse do vencedor consiste em maximizar os ganhos morais e materiais, e a esperança do vencido consiste em trocar o reconhecimento da *culpa* por algo vantajoso. Se há algo *abjeto* é disso que se trata e é consequência do uso de “*ética*” como meio de “se ter razão”. Como se situam as relações entre a *ética* e a política? É certo não haver relação alguma entre as duas esferas? Ou seria mais certo dizer que a mesma *ética* é válida para o ato político como para qualquer outro tipo de ação? Houve tempo em que se acreditou haver conflito absoluto entre os dois pontos de vista. Caberia perguntar se existe realmente uma *ética* que se possa impor às relações comerciais privadas ou públicas, às relações sexuais, às relações filiais, de amizade e àquelas que ocorrem numa disputa litigiosa. Pode-se crer na neutralidade *ética* quando é

sabido que toda política utiliza como forma específica de realização a força fundada na *violência*? Não constatamos que, por haverem recorrido à violência, os teóricos do espartanismo e do bolchevismo chegam a idênticos resultados a que chegaram os ditadores militares? Pois o que distingue a dominação dos trabalhadores e dos soldados de um déspota qualquer do Antigo Regime senão a pessoa que detém o poder e o seu diletantismo? Em que o palavrório dos defensores da nova ética difere de um demagogo comum? Poder-se-á argumentar com a nobreza das intenções. Porém, o que está em discussão são os *meios*, pois os adversários reivindicam com igual sinceridade e da mesma forma a nobreza de suas intenções. “Quem recorre à espada, morrerá pela espada”; por todo lado, a luta é luta. E daí?

O Sermão da Montanha – que corporifica a ética absoluta do Evangelho – é algo muito mais profundo do que pensam aqueles que o citam levianamente. Com ele não se deve brincar. O que se coloca em termos de causalidade científica se aplica igualmente à ética: não se trata de um fiacre que se toma e do qual se desce quando se quer. Nesse sentido, o mandamento do Evangelho é claro: a ética do Evangelho é uma ética do tudo ou nada. A parábola do jovem rico nos diz: “E ele se foi de coração triste porque possuía muitos bens”. O mandamen-

to do Evangelho é peremptório: dá tudo que tiveres, absolutamente tudo, sem tergiversações. O político poderá interpretá-lo dizendo que este mandamento é irrealizável, que não tem aplicação universal. Conseqüentemente, ele proporá a socialização da propriedade mediante os instrumentos da taxação, do confisco ou da imposição, em suma, por meio de uma regulamentação dirigida contra os proprietários. O imperativo ético despreocupa-se com isso, aí reside sua essência. Ele ordena: “Dê a outra face!”. Isso sem perguntar se o outro possui o direito de ferir. Poder-se-á dizer que falta dignidade a essa ética. Concordamos, exceto para o santo. É precisamente isso: é necessário ser um santo ou pelo menos viver como Jesus, como os apóstolos, como São Francisco de Assis e seus monges para que a ética tenha um sentido e exprima uma dignidade.

Conseqüentemente, agindo conforme a ética acósmica do amor, que nos ensina: “Não resistas ao mal pela força”, o político valorizará a sentença ao contrário, “deves resistir ao mal pela força”, caso contrário, és responsável pelo mal haver triunfado. Quem seguir a ética do Evangelho não poderá fazer greve – pois ela é uma coação –, só lhe restando como alternativa filiar-se a um sindicato *pelego*. Acima de tudo, deve abster-se de pronunciar a palavra *revolução*. Finalmente, a ética do Evangelho não ensina

que a guerra civil é a única legítima. O pacifista que segue o Evangelho deporá as armas em obediência ao dever ético, tal como se recomendou na Alemanha para pôr fim a essa guerra e a todas as outras. Contrariamente a isso, dirá o político: a única forma de evitar as guerras seria uma paz fundada na *status quo*. Logicamente, as nações perguntar-se-iam: para que serviu a guerra? O absurdo da guerra viria à luz, solução impossível de adotar. Para uma parte dos vencedores, a guerra será vantajosa no plano político. A responsabilidade por essa situação caberá àqueles que nos privaram da possibilidade de resistir. Em consequência da ética absoluta, passado o período de esgotamento, *a paz e não a guerra estará descreditada*.

Finalmente, consideremos o dever da sinceridade. Ele é imprescindível para a ética absoluta.

Exigiu-se por conseguinte que todos os documentos, especialmente os que descreditavam o próprio país, deveriam ter publicidade, evidenciando por meio deles o reconhecimento da culpa de modo unilateral, incondicional, sem medir as consequências. O político dirá que essa forma de agir, longe de ajudar a verdade, a torna opaca pelas paixões que provocará e pelos abusos que permitirá. Somente uma profunda pesquisa metódica, promovida imparcialmente, produzirá frutos; quaisquer

outros procedimentos acarretarão para a nação conseqüências que não poderão ser reparadas nem em decênios. Porém, a ética absoluta é imune às conseqüências. Essa é a questão decisiva.

Devemos entender que qualquer conduta eticamente definida está sempre inspirada em dois preceitos básicos fundamentalmente diversos e irreconciliavelmente opostos: a ação pode orientar-se rumo a uma *ética dos fins* ou rumo a uma *ética da responsabilidade*. Isso não significa que uma ética dos fins, atemporal, seja sinônimo de irresponsabilidade, nem que uma ética da responsabilidade coincida com um oportunismo destituído de princípios. Naturalmente, ninguém o afirma. No entanto, há um contraste abismal entre a ação resultante da ética atemporal que visa aos fins – isto é, em termos religiosos, “o cristão age com retidão e deixa os resultados nas mãos do Senhor” – e a ação resultante da ética da responsabilidade, na qual se deve prestar contas das conseqüências previstas das próprias ações. ♦

É possível demonstrar a um sindicalista convencido, adepto de uma ética finalista, que sua ação aumentará as possibilidades de reação, aumentará a opressão de sua classe e freará seu progresso – e isso tudo não o demoverá de seus objetivos últimos. Se uma ação bem intencionada produz más

conseqüências do ponto de vista do agente, o responsável não é ele, mas o mundo, a estupidez dos outros ou a vontade divina, que assim o quis. Quem acredita numa ética da responsabilidade conta com os defeitos humanos, como o disse corretamente Fichte, não tem sequer de pressupor sua perfeição ou bondade. Não se sente em condições de lançar a outros a responsabilidade pelas conseqüências de sua própria ação. Dirá então: “Essas conseqüências derivam de minha ação”. O partidário da ética da convicção só se sentirá *responsável* pela necessidade de zelar pela pureza da doutrina a fim de que ela não pereça, para que se mantenha a chama do protesto contra a ordem social. Reanimar constantemente essa chama é objetivo de seus atos irracionais, julgados segundo suas possibilidades de êxito. São atos que somente podem e devem ter caráter de exemplos.

Tal análise não esgota a temática. Qualquer ética deve considerar que em inúmeros casos nos vemos obrigados a recorrer a meios duvidosos ou no mínimo perigosos para alcançar fins *bons*, aceitando a possibilidade de emergirem conseqüências desagradáveis. Nenhuma ética nos diz em que medida um fim moralmente bom justifica meios e conseqüências moralmente perigosos.

O instrumento decisivo da política é a violência. A relação entre meios e fins do ponto de vista ético aparece claramente quando se analisa a atitude dos socialistas revolucionários zimmerwaldianos. Durante a guerra, defendiam o seguinte princípio: "Colocados ante a escolha entre alguns anos de guerra seguidos de revolução e a paz imediata sem revolução, escolhemos a alternativa: mais uns anos de guerra!". À pergunta: o que pode tal revolução trazer? qualquer socialista com formação científica só poderia responder: no momento não se pode falar de uma transição para uma economia que seria denominada socialista; ressurgirá uma economia burguesa, desprovida dos elementos feudais e dos vestígios dinásticos. Para alcançar esse resultado é que se aceitariam *mais uns anos de guerra*. É justa a afirmação de que uma convicção socialista sólida pudesse rejeitar o objetivo que exige tais meios. O problema assume feição idêntica no caso do espartanismo, do bolchevismo e em todo tipo de socialismo revolucionário em geral. Daí ser ridículo denunciar moralmente os políticos do Antigo Regime de utilizarem a *política de força* quando eles se valem do mesmo meio, por mais justificada que seja a repulsa pelos objetivos de seus adversários.

A ética da convicção é colocada em questão pela justificação dos meios pelos fins. Não lhe resta ou-

tra alternativa a não ser condenar qualquer ação que recorra a meios moralmente censuráveis, isso no plano lógico. No mundo do real, verificamos que o adepto da ética da convicção se converte num profeta quiliasta. É o exemplo dos que pregavam o *amor oposto à violência* e agora invocam o uso da força como o *último* ato violento que levará à negação da *violência* como tal, para todo o sempre. Não é de forma diversa que nossos oficiais se dirigem aos soldados antes de cada ofensiva: “Esta será a última; dar-nos-á a vitória, e com ela, a paz”. O defensor de uma ética de convicção com seu finalismo não suporta a irracionalidade ética do mundo. É um racionalista ético-cósmico. Os que leram Dostoiévski recordarão a cena do *grande inquisidor*, na qual o dilema é exposto de forma precisa. Não é possível colocar a ética da convicção e a ética da responsabilidade num mesmo saco ou decretar eticamente quais os fins que devem justificar determinados meios, se é que se faz alguma concessão a este princípio.

Meu colega F. W. Forster, por quem nutro alta estima por sua indiscutível sinceridade, mas a quem rejeito totalmente como homem político, acredita poder superar esse dilema com base na seguinte tese: o bem só pode produzir o bem, o mal só produzirá o mal. Se fosse possível tal solução, o

problema nem se colocaria. É espantoso que esse ponto de vista persista após dois mil anos da existência dos upanishades. A experiência quotidiana e a história universal estão aí para desmenti-lo. O desenvolvimento das religiões no mundo dá-se a partir do contrário ao que afirma F. W. Foerster. O problema que a teodicéia enfrenta é exatamente a questão de como um poder apresentado como bom e onipotente tenha criado este mundo irracional, de sofrimento imerecido, injustiça impune e estupidez incorrigível. Ou este poder não é onipotente, ou não é benévolo, ou nossa vida é dirigida por princípios diversos de sanção e recompensa, princípios que só poderemos interpretar por via metafísica ou que escapam totalmente à nossa compreensão.

A experiência da irracionalidade do mundo foi a força motriz de todas as religiões. A partir dessa experiência, nasceram as doutrinas hindu do *karma*, do dualismo persa, do pecado original, da predestinação e do *Deus escondido*. Os primitivos cristãos sabiam perfeitamente que o bem não fere o bem e o mal não gera o mal, sabiam eles que o mundo é governado por demônios, e aquele que se compromete com os instrumentos do poder e da violência – com a política – conclui um pacto com o Diabo. Quem não entende isso é, na realidade, politicamente uma criança.

Estamos situados em diversas esferas existenciais, cada uma governada por leis diversas. A ética religiosa adaptou-se de várias formas a essas situações. O politeísmo helênico oferecia sacrifícios a Afrodite, a Hera e a Apolo, sabendo que eles se combatiam. Na Índia, cada uma das profissões era regida por uma lei ética específica, um *dharma*, que estabelecia entre elas uma separação absoluta, integrando-as numa hierarquia estática e imutável. Quem nascesse numa casta estava condenado a nela viver, só podendo libertar-se dela mediante a reencarnação numa vida futura. Assim, cada profissão encontrava-se a uma distância diversa da salvação suprema. Dessa forma, definiu-se o *dharma* de cada uma das castas, dos ascetas e brâmanes até os vis e párias no interior de uma hierarquia que englobava as profissões até então existentes. A política e a guerra encontram nesse universo sua localização devida. Basta ler o *Bhagavad Gita* e verificar que a guerra é parte integrante da existência, por meio do diálogo entre Krishna e Arjuna. “Faça o que é preciso ser feito”, isto é, faça tudo aquilo que é obrigatório conforme o *dharma* da casta dos guerreiros e suas normas e o que é materialmente necessário, conforme o objetivo da guerra. Crê o hinduísmo que essa conduta não só não prejudica a salvação religiosa, mas, pelo contrário, favorece-a. O guerreiro hindu estava tão

certo que após a morte heróica alcançaria o céu de Indra quanto o guerreiro germânico em ser recebido no Walhalla. Tanto o guerreiro hindu desdenharia o nirvana quanto o germânico desdenharia o paraíso cristão com seus coros de anjos. Essa especialização da ética permitiu à ética hindu um tratamento coerente da arte real da política, subordinada apenas às leis próprias à política.

Um maquiavelismo radical no sentido popular do conceito encontramos classicamente na literatura política hindu no *Arthasastra*, de Kautilya, escrito muito antes do aparecimento de Cristo, sob o governo de Chandragupta. O *príncipe*, de Maquiavel, torna-se um manual inofensivo se comparado a ele. Como é sabido, na ética católica — da qual o professor Foerster tanto se aproxima —, os *consilia evangelica* representam uma ética especial para os dotados do carisma de uma vida santa. Temos o monge, que não deve derramar sangue nem possuir riquezas; o cavaleiro e o burguês piedosos, tendo o primeiro o direito de derramar sangue e o segundo o direito de enriquecer. A diferenciação da ética e sua integração orgânica é menos coerente do que na Índia. Entretanto, conforme os fundamentos da fé cristã, assim podia e deveria ocorrer. A maldade do mundo, consubstanciada no pecado original, permitia com relativa facilidade a integração da violên-

cia com a ética como instrumento disciplinar contra o pecado e contra os heréticos, que colocavam as almas em perigo. No entanto, as exigências do Sermão da Montanha, na forma de uma ética pura de convicção, e o direito natural cristão, entendido como exigência absoluta com fundamento naquela doutrina, conservaram sua força revolucionária e vieram à tona em todos os períodos de mudança social. Particularmente, deram origem a seitas pacifistas radicais, uma das quais tentou na Pensilvânia estabelecer uma comunidade fundada na rejeição à violência em relação ao mundo. Essa experiência revelou-se trágica, quando, por ocasião da Guerra da Independência, os *quakers* viram-se impossibilitados de empunhar armas por ideais que eles defendiam.

No entanto, no geral, o protestantismo legitimou absolutamente o Estado como instituição divina, legitimando conseqüentemente a violência como meio. O protestantismo legitimou especialmente o Estado autoritário. Lutero subtraiu ao indivíduo a responsabilidade ética, transferindo-a às autoridades. Obedecer às autoridades em questões que extrapolassem a fé não constituía pecado. O calvinismo, por sua vez, conheceu na violência, como princípio, um meio de defesa da fé, legitimando assim as guerras de religião. Sabe-se que ele legitimou a Cruzada, tomando desde o início a religião

islâmica como condição de sua existência. Vê-se que não foi o ceticismo moderno, produto do culto ao herói do Renascimento, que colocou o problema da ética política. Todas as religiões, com maior ou menor êxito, enfrentaram essa problemática, e a exposição feita mostrou que não poderia ter sido diferente.

O específico dos problemas éticos na área da política reside na relação existente entre a ética e a *violência legítima*, de que a associação humana se apresenta como portadora.

Quem utilizar meios violentos para qualquer fim – e todos os políticos utilizam-nos – está exposto a sofrer suas conseqüências. Isso vale para o cruzado, para o religioso ou para o revolucionário. Sem temores, tomemos como exemplo a atualidade.

Quem quiser estabelecer a justiça sobre a Terra terá de contar com seguidores, isto é, com um tipo de organização. Sem oferecer os necessários incentivos internos ou externos, recompensa divina ou material, a organização não funcionará. Nas modernas condições de luta de classes, os incentivos internos consistem em satisfazer o ódio, o desejo de vingança, o ressentimento e, principalmente, a tendência pseudo-ética de ter razão a qualquer custo, saciando assim o desejo de denegrir o inimigo e acusá-lo de herético. As recompensas materiais vêm

em seguida: são a aventura, a vitória, o poder, os despojos e as vantagens. O êxito do dirigente depende do funcionamento de sua *máquina* e não apenas de seus sentimentos subjetivos. Seu futuro depende de que as recompensas possam ser asseguradas *permanentemente* aos seus adeptos, sejam eles guardas vermelhos, espiões ou agitadores. Mas o chefe não goza de absoluta independência ante seus seguidores, deve de vez em quando se curvar às suas exigências, que às vezes são moralmente vis do ponto de vista da ética. Ele terá seus seguidores sob controle enquanto uma fração deles depositar fé sincera em sua pessoa e na causa que defende. Essa confiança, embora subjetivamente sincera em muitos casos, na maioria das vezes não passa de uma legitimação ética de desejos de vingança, poder e despojos. Não nos deixemos enganar com verborragia; o materialismo histórico não é um veículo no qual subimos à vontade e que é detido pela vontade dos responsáveis pela revolução. Importa ter sempre em vista que a uma revolução animada pelo entusiasmo sucede um período de rotina tradicionalista do quotidiano, no qual o herói da fé abdicará e a própria fé se transformará num elemento da fraseologia convencional de filisteus, de políticos pedantes e de tecnocratas mecanizados. Essa transformação dá-se com muita rapidez, especialmente

quando se trata de luta por convicções ideológicas, porque esse tipo de luta é dirigido e inspirado por autênticos líderes – os profetas da revolução. Aqui, como em toda atividade que pressupõe a existência de uma organização, uma das condições para seu êxito é a despersonalização e a *rotinização*, em resumo, a proletarização psíquica em favor da maior disciplina. Uma vez no poder, o séquito de um cruzado geralmente degenera numa massa de aproveitadores vulgares.

Quem deseja dedicar-se à política, vista como uma vocação, deve compreender essês paradoxos éticos. Deve ter consciência da responsabilidade quanto àquilo em que ele próprio poderá sofrer sob pressão desses paradoxos. Pois ele estará se comprometendo com potências diabólicas que agem com toda violência. Os grandes partidários do amor acósmico pela humanidade e da bondade ilimitada, sejam eles de Nazareth ou dos castelos indianos, não utilizavam o instrumento político da violência. Seu reino *não era deste mundo*, no entanto agiram e agem neste mundo. As figuras de Platão, Karatajev e os santos de Dostoiévski são as mais adequadas reconstruções desse tipo de homens. Quem desejar a salvação da alma, da sua ou de outros, não deve utilizar o caminho da política, que, por vocação, realiza tarefas outras que somente pela violência podem

ser viabilizadas. O gênio ou o demônio da política vivem em tensão interior com o deus do amor, assim como o Deus cristão expresso pela Igreja. Essa tensão pode tornar-se intolerável e levar a um conflito inconciliável. Isso já era de conhecimento público, mesmo na época em que a Igreja dominava. Várias vezes, o veto papal atingia Florença – e naquela época essa preação era sentida como muito mais ameaçadora para a salvação da alma do que a *aprovação fria*, como escrevia Fichte, do juízo ético kantiano – sem que isso demovesse os habitantes da cidade em promover uma guerra aos Estados papais. No entanto, os burgueses combateram o Estado eclesiástico. Referindo-se a essa situação, Maquiavel, numa formosa passagem da *História de Florença*, se não me engano, coloca na boca de um dos heróis de Florença, que assim homenageava seus concidadãos, as palavras: “Eles preferiram a grandeza de sua cidade à salvação de suas almas”.

Se substituirmos *o futuro do socialismo* ou a *paz internacional* por cidade natal ou *pátria*, palavras que não têm a mesma significação para muitos nos dias que correm, estamos ante o problema como ele se coloca na atualidade. Quem, por meio da ação política, utilizando a violência como instrumento, procurar atingir objetivos, age de acordo com a ética da

responsabilidade, colocando em perigo a *salvação da alma*. Quem procurar atingir objetivos fundado numa ética de convicção, desprezando as conseqüências de sua ação, corre o risco de provocar grandes danos e cair no descrédito durante gerações, pois o sujeito da ação não tem consciência dos poderes diabólicos que estão em jogo. São poderes inexoráveis, que podem arrastar o indivíduo a sua mercê, e as repercussões aparecerão na sua prática política e na sua alma. Quando se diz que *o diabo é velho*, ou o poeta prega *envelhecci para entendê-lo*, por certo não se refere à idade cronológica. O fato de alguém ter vinte anos e eu mais de cinqüenta não constitui um valor em si mesmo. A idade não é decisiva, o decisivo é a inexorabilidade adquirida na apreciação das realidades da vida e a habilidade em enfrentar tais realidades, estando a sua altura.

Embora a política seja feita com o cérebro, a ele não está confinada. Os adeptos da ética da convicção têm razão neste ponto. É impossível aconselhar a quem quer que seja que atue segundo uma ética da convicção ou uma ética da responsabilidade, assim como não cabe uma receita para quando e como agir e se conforme uma ou outra. Só é plausível dizer: se nessa época, que em vossa opinião não é uma época de agitação estéril – excitação não deve ser confundida com autêntica paixão –, aparecem polí-

ticos com a palavra de ordem: “O mundo é estúpido e vil, eu não o sou”, ou “a responsabilidade sobre as conseqüências cabe àqueles a quem sirvo, cuja estupidez conseguirei erradicar”, declaro francamente que procuraria em primeiro lugar averiguar o nível de equilíbrio interno dos partidários da ética da convicção. Tenho a impressão que em nove casos de cada dez encontrarei charlatães que não compreendem o significado do vocabulário que utilizam, embriagando-se com sensações românticas.

Do ponto de vista humano, isso não me comove, porém é comovedor encontrar alguém que, agindo conforme a ética da responsabilidade, consciente das conseqüências de sua ação, diga: “Não posso agir diferentemente, detenho-me neste ponto”. É algo autenticamente humano e comovente. Aqueles que espiritualmente se sentem ainda vivos devem admitir que um dia poderão encontrar-se nessa posição. Na medida em que isso é verdadeiro, uma ética da convicção e uma ética da responsabilidade obrigatoriamente não são excludentes, elas se complementam, em conjunto, formam o homem autêntico, um homem que *pode ter uma vocação para a política*.

Senhoras e senhores, voltaremos a discutir este tema daqui a dez anos. Desgraçadamente, *temo que nessa altura, por múltiplas razões, a Reação será, de há muito, dominante.*

É bem provável que muito pouco do que os senhores alinjearam e eu desejei seja realizado, talvez nada. Isso não me destruirá, porém confesso que constitui um peso para quem é consciente da conjuntura. Gostaria de saber, daqui a dez anos, em que se transformaram aqueles que atualmente se consideram políticos *com princípios* autênticos e partilham do entusiasmo despertado pela revolução atual. Seria muito agradável que as coisas se passassem conforme o Soneto 102 de Shakespeare:

*Jovem era nosso amor durante a primavera
Quando saudava-o com meu canto;
Enquanto Filomel cantava a chegada do verão
Enchendo seu bornel com a colheita de dias mais fecundos.*

Porém, as coisas não se passam assim. Nenhum Verão florescente nos aguarda, senão uma noite polar, sombria, glacial e rude, seja qual for o grupo que triunfe. Quando nada existe, tanto o imperador como o proletário, perdem seus direitos. Para quem aparentemente a primavera floresceu com tanta exuberância? Estarão com vida quando ela se desvanecer lentamente? O que terá sucedido com os senhores? Estarão amargurados ou convertidos em autômatos? Aceitarão simples e rotineiramente o mundo e vossa profissão? Será

vosso destino a terceira e não rara opção: a fuga mística do mundo por aqueles dotados para tanto ou aqueles que obedecem a moda em vigor? Em qualquer dos casos, cabe uma conclusão: não estavam à altura da tarefa que lhes cabia, não tinham estrutura para enfrentar o mundo como ele e a sua realidade cotidiana. Não possuíam objetivamente e de fato a vocação para a política no seu sentido mais profundo, embora julgassem possuí-la. Melhor seria se cultivassem a fraternidade nas relações pessoais. Quanto ao resto, que se entregassem sem paixão às tarefas rotineiras.

A política consiste num esforço lento e enérgico para atravessar um material compacto. Isso exige o sentido das proporções e da paixão. A experiência histórica confirma que o homem jamais atingiria o possível se não lutasse pelo impossível. Quem for capaz de esforço igual deve antes de mais nada possuir têmpera de líder e de herói, no sentido singelo do termo. Quem não tiver têmpera de líder ou de herói deve armar-se de força interior, capaz de superar o desmoronamento das esperanças. Importa fazê-lo a partir de agora, se quiserem pelo menos alcançar o que nos dias de hoje for possível. Só possui vocação política quem tem a certeza de não se abater, mesmo que o mundo, na sua opinião, se revele demasiadamente vil ou estúpido para merecer

o que ele pretende oferecer-lhe. Só possui vocação política aquele que reaje a isso e é capaz de dizer: "Apesar de tudo".